



POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA



CIÊNCIAS POLICIAIS
EM FOCO



FORMAÇÃO PROFISSIONAL
E GESTÃO DO CONHECIMENTO
CIENTÍFICO NA ÁREA DAS
CIÊNCIAS POLICIAIS



DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA – DEC

COMANDANTE-GERAL DA PMPB

JOSÉ RONILDO SOUZA DA SILVA - CEL QOEM

SUBCOMANDANTE-GERAL DA PMPB

DOUGLAS FERREIRA DE ARAÚJO - CEL QOEM

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA – DEC

PABLO NASCIMENTO DA CUNHA – CEL QOEM

COORDENAÇÃO DE ENSINO, TREINAMENTO E PESQUISA

POLYANNA LAURA CARDOSO SENA DO AMARAL - MAJ QOEM

ORGANIZADORES

Pablo Nascimento da Cunha
Polyanna Laura Cardoso Sena do Amaral
Antonia Lucineide F. de Lima

CONSELHO EDITORIAL

Pablo Nascimento da Cunha
Polyanna Laura Cardoso Sena do Amaral
Gisele Suminski Mendes
Antonia Lucineide F. de Lima

CAPA

Lindibergue Lacerda Lima

DIAGRAMAÇÃO

Antonia Lucineide F. de Lima
Diego Rodrigues da Silva

Copyright © 2026 – PMPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

COMISSÃO EDITORIAL

Antonia Lucineide F. de Lima
Dellane Fonseca
Priscilla de Alencar Sepúlveda
Vitória Polliany de Oliveira Silva Nascimento

CORPO EDITORIAL

Alan Amorim Costa de Luna
Eliuza Santos Soares Ribeiro
Franklin Santos de Oliveira
Laio Giordanni Evangelista Melo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Elaborada por: Antonia Lucineide F. De Lima – Bibliotecária – CRB-
15ª PB 000749/O

F724 Formação profissional e gestão do conhecimento científico na
área das ciências policiais [recurso eletrônico] /
organizado por Pablo Nascimento da Cunha,
Polyanna Laura Cardoso Sena do Amaral, Antonia
Lucineide F. de Lima. - João Pessoa, PB: Polícia
Militar da Paraíba - PMPB, 2026.
202 p. : il. 21cm (Ciências policiais em foco; v. 5)

Diretoria de Educação e Cultura – DEC/PMPB

Tipo de Suporte: E-book no formato PDF

Modo de Acesso: World Wide Web

Todos os Direitos Reservados PMPB®

ISBN 978-65-02-00284-1

1. Gestão do conhecimento. 2. Formação
profissional - Polícia. 3. Conhecimento científico. 4.
Ciências policiais. I. Título.

CDU 005.94

Produzido no Brasil. Feito o depósito legal.

PMPB - 2026

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 (11) —

CAPÍTULO 2 (39) —

CAPÍTULO 3 (73) —

CAPÍTULO 4 (107) —

CAPÍTULO 5 (125) —

CAPÍTULO 6 (161) —

TÍTULO DOS CAPÍTULOS

CAPÍTULO 1: A atual conjuntura técnico-profissional do corpo docente no curso de formação de soldados da polícia militar da Paraíba	11
CAPÍTULO 2: A motivação do policial militar na função de coordenador disciplinar: um estudo nos Núcleos e Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar no estado da Paraíba.....	39
CAPÍTULO 3: Um estudo sobre a efetividade da capacitação para condutores de viaturas policiais de radiopatrulhamento no 2º Batalhão da Polícia Militar da Paraíba.....	73
CAPÍTULO 4: Treinamento e capacitação no âmbito da 7ª Polícia Militar: Uma revisão de literatura	107
CAPÍTULO 5: Forjados sob pressão: fundamentos científicos da necessidade de treinamento diferenciado de policiais militares de operações especiais.	125
CAPÍTULO 6: Combate velado e a importância da capacitação profissional: Desafios e Perspectivas.....	161
CONSIDERAÇÕES SOBRE A OBRA	199

APRESENTAÇÃO

A obra *Formação Profissional e Gestão do Conhecimento Científico na Área das Ciências Policiais* reúne seis capítulos que abordam, de forma integrada, temas essenciais à modernização e ao fortalecimento das instituições de segurança pública, com foco na Polícia Militar da Paraíba. O livro é parte integrante de uma coletânea elaborada por diferentes pesquisadores advindos da elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC durante a formação de soldados na Diretoria de Educação e Cultura Institucional PMPB, advindo da necessidade de refletir sobre a formação policial sob uma perspectiva científica, humana e estratégica, alinhando o desenvolvimento técnico-profissional à valorização da docência, à saúde mental, à motivação e à eficiência operacional.

O **primeiro capítulo**, intitulado “A Atual Conjuntura Técnico-Profissional do Corpo Docente no Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar da Paraíba”, de autoria de Polyanna Laura C. S. do Amaral, Caio Henrique Nascimento Lima e João Victor Oliveira Batista, analisa o perfil técnico e acadêmico do corpo docente do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar da Paraíba, destacando o papel fundamental da qualificação dos instrutores na construção de uma formação mais sólida, ética e adaptada às demandas contemporâneas.

Ao compreender a docência policial como eixo estruturante do processo formativo, o texto evidencia a importância da capacitação continuada e da valorização institucional.

O **segundo capítulo**, denominado “A Motivação do Policial Militar na Função de Coordenador Disciplinar: um estudo nos Núcleos e Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar no estado da Paraíba”, de autoria de Eliuza Santos Soares Ribeiro, Clarissa Iana Targino Pereira e Jéssica Rayane Batista da Silva Soares, direciona sua análise para a motivação dos policiais militares que atuam como coordenadores disciplinares. A pesquisa discute os fatores intrínsecos e extrínsecos que influenciam o engajamento desses profissionais, demonstrando que a motivação constitui elemento decisivo para a qualidade da formação e para o fortalecimento da cultura organizacional da corporação.

O **terceiro capítulo**, intitulado “Um Estudo sobre a Efetividade da Capacitação para Condutores de Viaturas Policiais de Radiopatrulhamento no 2º Batalhão da Polícia Militar da Paraíba”, de autoria de Franklin Santos de Oliveira, Albson Alexandre de Oliveira e Edpu Gustavo dos Santos Trindade, apresenta uma análise sobre a efetividade da capacitação destinada aos condutores de viaturas policiais.

O estudo ressalta a importância de cursos práticos e atualizados, capazes de contribuir para a segurança das operações e para a eficiência do serviço prestado à sociedade.

O **quarto capítulo**, denominado “Treinamento e Capacitação no Âmbito da Polícia Militar: uma revisão de literatura”, de autoria de Laio Giordanni Evangelista Melo, Bismark de Sales Lopes e Jonas Fabricio Oliveira da Silva, aborda a importância da capacitação contínua dos profissionais de segurança pública no uso de armamentos, destacando como o treinamento técnico e prático influencia diretamente na eficácia operacional, na segurança dos agentes e na redução de incidentes violentos.

O **quinto capítulo**, intitulado “Forjados sob Pressão: Fundamentos Científicos da Necessidade de Treinamento Diferenciado de Policiais Militares de Operações Especiais”, de autoria de Alberty Micael Noia dos Santos, José Vinícius da Silva de Melo e Franklin Santos de Oliveira, discute a formação e a atuação das unidades de operações especiais das Polícias Militares, destacando a relevância do treinamento diferenciado diante das novas formas de criminalidade e dos desafios impostos pelas guerras irregulares e pelo crime organizado.

O texto apresenta uma contextualização histórica dos conflitos e evidencia como a complexidade dos cenários contemporâneos exige preparo técnico, físico e psicológico altamente especializado. A análise também aborda fundamentos fisiológicos, neurocientíficos e culturais que sustentam esse modelo formativo.

Por fim, **o sexto capítulo**, denominado “Combate Velado e a Importância da Capacitação Profissional: desafios e perspectivas”, de autoria de Alan Amorim Costa de Luna, Felipe de Jesus Mendes Andrade e José Arthur Falcão de Lucena, dedica-se à análise do combate velado como estratégia operacional que exige elevado nível de capacitação técnica, física e psicológica dos profissionais de segurança pública. O capítulo discute os desafios inerentes a esse tipo de atuação, caracterizada por operações discretas e de alto risco, nas quais o agente precisa preservar sua identidade e agir com precisão, estratégia e rapidez.

Ao longo dos seis capítulos, o livro propõe uma visão integrada da formação policial, compreendendo-a não apenas como um processo de instrução técnica, mas como uma construção contínua de conhecimento científico, ética profissional e compromisso social. Essa perspectiva amplia o entendimento da atividade policial como campo de pesquisa e inovação, reafirmando a importância de uma educação de qualidade como base o fortalecimento das instituições de segurança pública e para a consolidação de uma

polícia mais humana, eficiente e preparada para os desafios contemporâneos.

Essa publicação foi possível por meio do incentivo, e apoio das instituições: **Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba (ESPEP-PB)**, **Loteria do Estado da Paraíba (LOTEP-PB)** e da **Caixa Beneficente dos Oficiais e Praças da Polícia Militar da Paraíba**, que acreditam na importância da produção e difusão do conhecimento científico no campo das Ciências Policiais.

O apoio concedido, especialmente na viabilização da impressão desta obra, demonstra o compromisso dessas entidades com o fortalecimento da educação, da pesquisa e do desenvolvimento institucional da segurança pública. Iniciativas como esta contribuem significativamente para a qualificação profissional, o aprimoramento das práticas policiais e a construção de uma sociedade mais justa e segura.

Registramos, portanto, nossos sinceros agradecimentos pelo incentivo à elaboração e publicação científica, reconhecendo que parcerias como essas são fundamentais para a valorização do conhecimento e para o avanço das Ciências Policiais no Brasil.

Pablo Nascimento da Cunha – CEL QOEM

Polyanna Laura Cardoso Sena do Amaral – MAJ QOEM

Antonia Lucineide F. de Lima – Profa. M.Sc

CAPÍTULO
I

***A excelência na formação policial começa na
qualificação de quem ensina investir no
corpo docente é fortalecer, desde a base, a
segurança pública que a sociedade merece.***

A ATUAL CONJUNTURA TÉCNICO-PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA

Polyanna Laura C. S. Do Amaral
Caio Henrique Nascimento Lima
João Victor Oliveira Batista

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar o perfil acadêmico e profissional do corpo docente da turma B do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar da Paraíba (CFSd 2024.2), evidenciando possíveis melhorias para uma melhor valorização do corpo docente, bem como auxiliar na contínua evolução e capacitação dos instrutores. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com base em levantamento bibliográfico e documental, contemplando legislações, diretrizes institucionais e estudos acadêmicos sobre a docência policial. Os resultados apontam que existe uma predominância de graduados e especialistas, a presença reduzida de mestres e doutores evidencia uma oportunidade de aprimoramento na produção de conhecimento científico e na qualificação avançada. Conclui-se que o corpo docente apresenta sólida experiência prática e boa base acadêmica, mas requer investimentos adicionais em formação avançada para potencializar a excelência do ensino policial.

Palavras-Chave: Polícia Militar. Formação Policial. Docência Policial Militar.

1 INTRODUÇÃO

O processo de formação policial é um alicerce fundamental para o desenvolvimento de profissionais de segurança pública mais capacitados, que desempenharão suas funções baseados no decoro, na ética e na eficiência do serviço público. Nessa perspectiva, o corpo docente dos cursos de formação policial altamente qualificado exerce um papel primordial na construção dos conhecimentos, haja vista que será responsável por formar os novos policiais de cada estado.

Nesse sentido, deve-se compreender o conceito de profissionalismo que servirá de alicerce para este estudo e que deve ser almejado pelas instituições formadoras. Conforme aponta Eliot Freidson (1996), o profissionalismo pode ser entendido como uma construção baseada em condições ideais que permitem aos trabalhadores especializados utilizarem seus conhecimentos para controlar suas próprias atividades. Isso os capacita a desenvolver e aplicar, de forma autônoma, o discurso, a disciplina ou o campo particular sobre os quais têm

jurisdição.

Ademais, segundo Luchetti (2006), a formação militar vem passando por um processo de “modernização” a partir da década de 1990, não apenas sendo observados os aspectos dos conhecimentos práticos, mas também os conhecimentos técnicos e teóricos, adequando-se ao novo tipo de cidadão. Dessa forma, torna-se essencial que os instrutores e professores sejam cada vez mais preparados e qualificados para aplicar a nova grade curricular e as metodologias atualizadas de ensino.

Paralelamente a isso, o nível de instrução do corpo de alunos que compõem os cursos de formação no Brasil também evoluiu. De acordo com Riccio (2017) desde a última década, várias corporações policiais no Brasil passaram a exigir a formação em nível superior como requisito para o ingresso, inclusive nos cargos de nível hierárquico mais baixo. Esse corpo de alunos mais capacitado também necessita de uma maior qualificação acadêmica dos instrutores, sendo necessário que eles tenham especializações em suas respectivas áreas, além de mestrados e doutorados.

Destarte, torna-se interessante analisar e avaliar a qualificação acadêmica dos profissionais que compuseram o corpo docente que instruiu a turma B do Curso de Formação de Soldados (CFSd) da Polícia Militar da Paraíba (PMPB), composta por 28 alunos. Os primeiros questionamentos a respeito do tema emergiram logo no início do CFSd do ano de 2024, no Centro de Educação – do qual os pesquisadores são estudantes – ao passo que foi observada a qualidade do corpo docente e das instruções ministradas.

Em dado momento, a então subcomandante – atual comandante – do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), unidade responsável pela coordenação e execução de todos os cursos de formação de praças da PMPB, veio à sala de aula a fim de receber o feedback dos alunos a respeito da experiência no curso de formação. Nessa oportunidade, ouviu-se dos colegas a satisfação de cada um com as aulas. Muitos deles, inclusive, possuem graduações das mais variadas e compararam a formação recebida no CFAP com a que tiveram em suas faculdades, destacando as semelhanças no modelo de ensino.

Com base nessas observações, surgiu o interesse em compreender mais a fundo como a qualificação acadêmica dos instrutores impacta na formação policial, bem como avaliar a atual situação acadêmica do corpo docente. Vários fatores foram identificados como variáveis, tais como a graduação ou posto¹ (em se tratando de instrutores militares), qualificações fora do contexto militar, avaliação do comportamento na corporação, o tempo em que o militar esteve na atividade-fim da polícia² e o currículo oculto ao qual ele teve acesso, que, na definição de Moreira (2006), envolve valores e atitudes transmitidas pelo convívio social e pela rotina do cotidiano escolar.

A necessidade de analisar a qualificação desses profissionais justifica-se pela importância de garantir que a formação policial possua uma capacitação adequada, contemporânea e alinhada à atual conjuntura social com a qual os formandos irão se deparar após o curso. Ademais, faz-se necessário

¹ Definem a posição do militar na hierarquia. Graduação é o grau hierárquico das praças, e posto é o grau hierárquico dos oficiais. Popularmente conhecidos como “patente”.

que haja a devida valorização e o reconhecimento desses instrutores, pois isso influencia diretamente na motivação e no aprimoramento dos processos de ensino-aprendizagem, conforme apontado pelos autores (Camargo; Ferreira Camargo; Oliveira Souza, 2019) .

Além disso, outro fator relevante que motiva essa necessidade de constante aprimoramento são as demandas da sociedade contemporânea e as tecnologias que estão inseridas no contexto da segurança pública. Dessa forma, para que os cursos de formação continuem acompanhando essas transformações, os formadores responsáveis pelas instruções devem estar preparados para aplicar as novas técnicas, metodologias e conhecimentos. Sendo assim, observar a evolução profissional do corpo docente irá fornecer dados para o contínuo aprimoramento e uma melhor qualificação, podendo gerar uma melhor valorização desses profissionais ao longo de suas carreiras.

Desta feita, analisar a atual conjuntura técnico-profissional desse recorte dos docentes que compõem o corpo de instrutores da Turma B do CFSd

2024.2 ajuda na identificação dos desafios, oportunidades e impactos na qualidade do ensino. Outrossim, investigar o perfil profissional dos instrutores de cursos de formação policial, considerando sua formação acadêmica, experiência e trajetória dentro da corporação, é fundamental para uma contínua qualidade dos cursos ofertados. Portanto, este estudo busca avaliar a atual qualificação técnico-profissional dos instrutores da Turma B, do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar - 2024.2 da Paraíba, fornecendo subsídios para aprimorar as políticas institucionais voltadas ao ensino na área de segurança pública.

2 METODOLOGIA

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com o objetivo de analisar criticamente o tema de diferentes perspectivas Teóricas e evidências já consolidadas. A pesquisa bibliográfica consistiu na seleção, leitura e análise de livros, artigos científicos e dissertações que tratam diretamente do objeto de estudo. A pesquisa documental complementou a

análise, envolvendo a análise de documentos oficiais e diretrizes institucionais que contribuem para a compreensão prática e normativa do fenômeno investigado.

O estudo teve como principais fontes livros, revistas científicas especializadas na área de segurança pública, incluindo especialmente pesquisas que incluem referencial teórico que abordam a docência no âmbito da polícia militar, e artigos de internet, bem como monografias disponíveis nas bases de dados do Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e demais revistas científicas na área estudada com os seguintes descritores: curso de formação policial; polícia militar; capacitação e aperfeiçoamento militar; docência policial militar. Como critérios de inclusão, foram selecionados trabalhos científicos publicados sem restrição temporal com idioma em português.

3 FORMAÇÃO POLICIAL

O estudo sobre a profissionalização dos cursos de formação policial surge de uma necessidade de avaliar, aprimorar e aplicar as devidas mudanças

necessárias para uma melhor qualificação. Com isso, Cordeiro (2008) destaca a importância de capacitar profissionais aptos a enfrentar as diversas manifestações de violência, conflitos e criminalidade, com o objetivo de assegurar a qualidade de vida e a proteção das pessoas, utilizando métodos e técnicas baseadas nos princípios da legalidade, da proporcionalidade e da necessidade.

Os cursos de formação policial são um elemento central na construção de uma força de segurança eficiente, ética e alinhada às necessidades da sociedade. Consoante o Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências:

As ações realizadas nos espaços de formação devem estar voltadas para o desenvolvimento das competências profissionais necessárias à atuação do profissional de segurança pública no contexto em que as necessidades e as exigências sociais se estabelecem (Ministério da Justiça, 2012, p. 12).

Desta feita, o processo de ensino-aprendizagem na formação de policiais deve ir além da transmissão de conhecimentos técnicos, incorporando metodologias pedagógicas que estimulem o pensamento crítico e a tomada de decisão em

diferentes cenários. Nesse contexto, os instrutores de cursos de formação policial desempenham um papel fundamental, sendo responsáveis por preparar os novos agentes para os mais diversos desafios da profissão.

É importante entender que o ensino e aprendizado é a porta de entrada de qualquer área de atuação. Dessa forma, é preciso aprender todo o contexto de atuação profissional porque só a partir disso é possível ofertar bons serviços. Nesse caso, adotar estratégias capazes de atingir de forma eficiente, eficaz e efetiva todo o processo de ensino é algo primordial nesse processo (Júnior, *et al.* 2023, p. 123).

De Melo, *et al.* (2024), ao dissertarem sobre formação policial, ressaltam que os cursos de formação necessitam de uma equipe preparada para garantir a qualidade nesse processo. Sendo assim, a qualificação dos instrutores impacta diretamente na qualidade do ensino e, conseqüentemente, na atuação dos policiais formados. De modo que ela deve ser baseada na capacitação contínua, na atualização curricular e nas estratégias de ensino voltadas às demandas contemporâneas da segurança pública.

3.1 Matriz Curricular Nacional: segurança pública

É fundamental salientar que a segurança pública no Brasil possui um importante instrumento de base para a formação e o aperfeiçoamento dos profissionais que atuam na área, que é a Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais de Área de Segurança Pública (MCN), elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). Esse documento visa oferecer um rol de conteúdos, considerados básicos, como sugestão para os cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização das forças de segurança, tais como policiais civis, polícias militares e bombeiros militares. Isso objetiva ofertar uma formação consistente e atualizada, dos profissionais de todas as regiões do país, promovendo a integração entre as forças de segurança, facilitando operações conjuntas e propiciando um entendimento comum sobre procedimentos, valores éticos e respeito aos direitos humanos.

Além disso, a Matriz Curricular Nacional contribui para profissionalizar e valorizar os cursos de formação na área da segurança pública, pois estabelece parâmetros educacionais claros, atualiza conteúdos

conforme as demandas sociais e tecnológicas e incentiva a formação continuada. Esse alinhamento fortalece a confiança da sociedade nas instituições, amplia a eficiência das ações e reduz riscos de abusos ou falhas.

Na Paraíba, o Curso de Formação de Soldados mantém um alinhamento de 100% com as diretrizes da MCN para subsidiar e direcionar a formação dos alunos soldados. Ela é utilizada como base para a escolha dos docentes e serve também como norte para a formulação das ementas das disciplinas do curso. Paralelamente a isso, no corrente ano, o curso se encaminha para que consiga a qualificação de tecnólogo com reconhecimento do Conselho Estadual de Educação (CEE), conforme previsto no art. 83 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996. O objetivo é valorizar ainda mais a formação e os formandos que serão graduados com o Tecnólogo em Segurança Pública, promovendo uma maior profissionalização e enriquecendo o currículo dos alunos.

3.2 Reconhecimento e valorização do docente

A pedagogia aplicada ao ensino tem se modernizado ao longo dos anos, incorporando novas abordagens metodológicas. Uma das principais referências nesse contexto é o educador Paulo Freire. Em sua obra 'Pedagogia da Autonomia' (1996), ele defende que o processo educativo deve ser dialógico e participativo. Isso significa que os alunos devem ser agentes ativos na construção do conhecimento, e não meros receptores de informações.

Na formação policial, essa abordagem permite a aplicação de métodos de ensino dinâmicos, como a análise de casos reais, simulações de situações de risco e treinamento prático em diferentes cenários. Essas práticas possibilitam um aprendizado mais profundo e eficaz, preparando os futuros policiais para os desafios reais da profissão.

Vale ressaltar, ainda, que a valorização do corpo docente está diretamente relacionada ao grau de reconhecimento institucional e às oportunidades salariais, de acordo com Gatti (2012). No âmbito da formação policial, isso se traduz na necessidade de políticas que incentivem a profissionalização e o

aperfeiçoamento dos instrutores, garantindo que eles disponham de recursos adequados para ministrar conteúdos atualizados e contextualizados. Outro aspecto relevante que demonstra a necessidade da valorização do docente no processo de formação é trazido pela Matriz Curricular Nacional, como a importância da valorização de seu conhecimento anterior, e destaca que:

Os processos de desenvolvimento das ações didático-pedagógicas devem possibilitar a reflexão crítica sobre as questões que emergem ou que resultam das práticas dos indivíduos, das instituições e do corpo social, levando em consideração os conceitos, as representações, as vivências próprias dos saberes dos profissionais da área de segurança pública, concretamente envolvidos nas experiências que vivenciam no cotidiano da profissão (Ministério da Justiça, 2014, p. 39).

Por fim, a capacitação dos instrutores deve estar alinhada às mudanças na sociedade e às novas demandas da segurança pública. Como mencionado na MCN, “a globalização e os avanços das tecnologias [...] imprimem às primeiras décadas deste século a necessidade de repensar, dentre tantos outros aspectos, os processos formativos” (Ministério da

Justiça, 2014, p. 18). Desta feita, o avanço tecnológico, a necessidade de policiamento comunitário e a crescente complexidade das ocorrências exigem que os cursos de formação policial sejam constantemente revisados e aprimorados. Assim, compreender a conjuntura profissional dos instrutores permite não apenas valorizar esses profissionais, mas também fortalecer a qualidade da formação oferecida aos policiais.

4 DISCUSSÃO

A presente seção de Discussão apresenta e analisa os dados referentes ao perfil do corpo docente responsável pela Turma B do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar da Paraíba, no período de 2024.2. As informações sistematizadas dizem respeito, principalmente, ao vínculo institucional dos instrutores e ao nível de titulação acadêmica, aspectos considerados centrais para a compreensão da qualidade do processo formativo ofertado.

Para facilitar a visualização e a interpretação dos resultados obtidos, os dados foram organizados em quadros, permitindo uma análise comparativa

entre a origem profissional dos docentes e sua qualificação acadêmica, de modo a subsidiar a discussão acerca da relação entre experiência institucional, formação científica e práticas pedagógicas no contexto da formação policial.

Quadro 1 – Perfil dos instrutores participantes do estudo (2024.2)

Categoria	Quantidade	Percentual (%)
Militares da PMPB (oficiais e praças)	45	83,3%
Militar de outro estado	1	1,9%
Instrutores civis	8	14,8%
Total	54	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Quadro 2 – Titulação acadêmica dos instrutores da Turma B (2024.2)

Titulação	Quantidade	Percentual (%)
Técnico-especializado	15	27,8%
Graduação (nível superior)	18	33,3%
Especialização (lato sensu)	14	25,9%
Mestrado (stricto sensu)	6	11,1%
Doutorado (stricto sensu)	1	1,9%
Total	54	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A análise do corpo docente responsável pela turma B do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar da Paraíba – período 2024.2 – permitiu identificar um quadro de instrutores diversificado quanto ao nível de formação acadêmica e ao regime funcional (militares e civis).

Tal análise teve como critério de avaliação a observação da formação acadêmica dos docentes, chegando às seguintes conclusões: dos 54 (cinquenta e quatro) instrutores, 45 (quarenta e cinco) são oriundos da própria instituição militar estadual, divididos entre oficiais e praças, 1 (um) militar formado em outro estado do Brasil e 8 (oito)

instrutores civis, evidenciando a predominância de instrutores oriundos do meio militar. Essa prevalência reforça o que aponta De Melo *et al.* (2024), ao destacar que a experiência é um elemento essencial na preparação dos novos policiais, pois agrega saberes tácitos e vivências diretamente aplicáveis ao contexto da segurança pública.

No que se refere à titulação acadêmica, verificou-se que dos 54 (cinquenta e quatro) instrutores, 15 (quinze) possuem graduação de nível técnico-especializado, 18 (dezoito) graduação em nível superior, 14 (catorze) possuem especializações, 6 (seis) possuem mestrado e 1 (um) possui doutorado. A presença significativa de graduados e especialistas demonstra a valorização da qualificação técnico-profissional e a atualização constante como pilares da docência policial. Entretanto, o número reduzido de mestres e doutores aponta um espaço de aprimoramento para que o corpo docente se qualifique ainda mais, se aproximando do ideal preconizado pela MCN, especialmente no que se refere à produção de conhecimento científico.

Além da formação acadêmica, todos os

docentes que estão habilitados a lecionar, realizaram o Curso de Formação de Formadores, aplicado pelo próprio Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba, contribuindo ainda mais na qualidade das instruções, nivelando o modelo acadêmico e as diretrizes que seguiram durante todo o curso, além de valorizar os seus currículos (Polícia Militar do Estado da Paraíba, 2024).

Para finalizar esta seção, destaca-se que a análise do corpo docente da turma B do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar da Paraíba evidencia um perfil predominantemente composto por instrutores com sólida experiência institucional, aliada a diferentes níveis de formação acadêmica. Essa combinação entre saber prático e qualificação formal constitui um elemento fundamental para a formação profissional dos novos policiais, pois favorece a articulação entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, embora se observe a necessidade de ampliação da titulação *stricto sensu*, especialmente no que se refere ao incentivo à formação em nível de mestrado e doutorado, o quadro

atual demonstra um esforço institucional em valorizar a capacitação docente, tanto por meio da formação acadêmica quanto pela exigência do Curso de Formação de Formadores.

Assim, o corpo docente analisado apresenta condições favoráveis para a condução de um ensino alinhado às demandas contemporâneas da segurança pública e aos princípios estabelecidos na Matriz Curricular Nacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, os resultados obtidos indicam que o corpo docente analisado possui uma base sólida de formação e experiência prática, mas ainda carece de um número maior de instrutores com formação acadêmica avançada. O fortalecimento da qualificação acadêmica e a ampliação das oportunidades de capacitação pedagógica podem contribuir para que a formação policial alcance níveis ainda mais elevados de excelência, em consonância com as demandas contemporâneas da segurança pública e com as diretrizes da Matriz Curricular Nacional.

Além disso, é fundamental que a instituição

mantenha políticas permanentes de incentivo à formação continuada, promovendo parcerias com universidades e centros de pesquisa, de modo a estimular o desenvolvimento científico e a atualização pedagógica dos instrutores. A criação de programas de valorização e reconhecimento profissional também se mostra essencial para estimular o comprometimento e o aprimoramento dos formadores. A consolidação de um corpo docente altamente qualificado, com equilíbrio entre experiência operacional e conhecimento acadêmico, tende a fortalecer o processo formativo e a contribuir para a construção de uma cultura de ensino mais crítica, reflexiva e alinhada às transformações sociais. Dessa maneira, a Polícia Militar da Paraíba reafirma seu compromisso com a excelência na formação de seus profissionais, consolidando-se como referência em educação policial de qualidade.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Carmen Aparecida Cardoso Maia;
CAMARGO, Marcio Antonio Ferreira; DE OLIVEIRA
SOUZA, Virginia. A importância da motivação no
processo ensino- aprendizagem. **Revista Thema**, Pelotas,
v. 16, n. 3, p. 598–606, 2019.

CORDEIRO, Bernadete M. P. **Estado da arte: estudo** sobre as ideias de estudiosos, instituições nacionais e internacionais, bem como organismos governamentais e não governamentais, sobre a elaboração de uma agenda de temas e ações de treinamento “comuns” para diminuir as cifras de violência e de criminalidade na América Latina. Brasília: PNUD, 2008.

DE MELO, Ricardo Amaro *et al.* A vantagem em ter um policial militar pedagogo nos cursos de formação da Polícia Militar do Paraná. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 10, n. 10, p. 1–13, 2024.

FREIDSON, Elliot. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 141–145, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes** necessários à prática educativa. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.

GATTI, Bernardete A. Reconhecimento social e as políticas de carreira docente na educação básica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 145, p. 88–111, 2012.

JUNIOR, Otoniel Rodrigues dos Anjos *et al.* A percepção dos alunos sobre o Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar da Paraíba. **Revista de Economia Regional Urbana e do Trabalho**, Paraíba, v. 12, n. 2, p. 118–142, 2023.

LUCHETTI, Maria Salute Rossi. **O ensino no Exército Brasileiro: histórico, quadro atual e reforma.** 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasil). **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.** Brasília: Secretaria Nacional

de Segurança Pública, 2014.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículo: políticas e práticas**. Campinas: Papirus, 2006.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA.

Boletim Interno nº 0164, de 28 ago. 2024. João Pessoa: PMPB, 2024. p. 16690.

RICCIO, Vicente. Diploma para quê? A educação superior e os praças da Polícia Militar de Minas Gerais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1113–1128, 2017.

CAPÍTULO
2

***A motivação do coordenador disciplinar
não forma apenas soldados, molda
consciências e sustenta os pilares da
segurança pública.***

A MOTIVAÇÃO DO POLICIAL MILITAR NA FUNÇÃO DE COORDENADOR DISCIPLINAR:

um estudo nos Núcleos e Centro de Formação e
Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar no
estado da Paraíba

Eliuza Santos Soares Ribeiro

Clarissa Iana Targino Pereira

Jéssica Rayane Batista da Silva Soares

RESUMO

Este trabalho analisou a motivação de policiais militares no exercício da função de coordenador disciplinar nos Núcleos e no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar da Paraíba. Por meio de abordagem quanti-qualitativa, investigaram-se os fatores que influenciam o engajamento desses profissionais, com base nas teorias motivacionais de Maslow, Herzberg e McClelland. Os resultados indicaram que fatores intrínsecos, como a satisfação em contribuir para a formação ética dos alunos e para a segurança pública, são os principais motivadores. Contudo, fatores extrínsecos, como condições de trabalho, remuneração e reconhecimento institucional, também influenciam significativamente. O estudo conclui que políticas de valorização e capacitação contínua são fundamentais para fortalecer o desempenho desses profissionais.

Palavras-chave: Motivação. Coordenação Disciplinar. Polícia Militar.

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública é uma das principais preocupações da sociedade contemporânea, e a atuação dos policiais é fundamental para a manutenção da ordem e proteção dos cidadãos (Aragão, 2024). Em um cenário em que a complexidade do crime e as expectativas da população aumentam, a formação de novos policiais e a eficácia de seus supervisores se tornam essenciais para garantir operações de segurança efetivas.

Nesse contexto, a figura do coordenador disciplinar emerge como um pilar crucial na formação desses novos profissionais. Esse papel não se limita à supervisão direta das atividades e do comportamento dos alunos soldados, mas abrange também a transmissão de valores, ética e disciplina, elementos essenciais para construir a credibilidade e confiança da corporação diante da sociedade.

Entender as motivações que levam os policiais a aceitarem a função de coordenador disciplinar é vital para implementar práticas de gestão que aperfeiçoem esse processo. Muitas vezes, as razões que motivam a escolha desse cargo relacionam-se a fatores como o

desejo de liderança, a paixão por ensinar ou a busca por reconhecimento profissional. Contudo, a falta de uma estrutura de apoio e valorização pode desencorajar os profissionais a desempenharem essa função de maneira plena.

A aplicação das teorias de motivação, conforme defendido por Periard (2023) teve início com as propostas de Maslow (1954) e Herzberg (1950), e permitirá uma melhor compreensão das necessidades e expectativas dos policiais, no contexto da coordenação disciplinar. Essa abordagem não apenas ajudará na identificação dos fatores que atraem os profissionais para essa função, mas também possibilitará a criação de estratégias que promovam um ambiente mais motivador e estimulante.

A pesquisa proposta não só contribuirá para o entendimento acadêmico das relações motivacionais dentro da corporação, mas também proporcionará insumos valiosos para a formulação de políticas de gestão que promovam a retenção e valorização de lideranças nesse setor. Assim, fortalecendo a capacitação dos novos policiais e garantindo um serviço de maior excelência à sociedade. A realização

desta pesquisa se torna não apenas relevante, mas também imprescindível para a construção de uma polícia mais preparada, motivada e, conseqüentemente, mais eficaz na promoção da segurança pública. Buscando estudar de maneira mais eficiente e eficaz, o estudo definiu-se como pergunta de pesquisa: qual a motivação do militar na função de coordenador disciplinar?

Portanto, este trabalho tem como objetivo geral analisar a motivação do militar em dedicar-se à formação dos alunos no curso de soldados na função de coordenador disciplinar em vez da atividade fim. Como objetivos específicos, identificar quais os fatores que levaram o militar à escolha da função de coordenador disciplinar e investigar a existência de relação entre as teorias motivacionais e as motivações apresentadas pelo público-alvo.

2 METODOLOGIA

O percurso metodológico foi desenvolvido a partir de uma abordagem quanti- qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, ancorada na pesquisa de campo, bibliográfica e documental,

buscando entender as perspectivas em torno da motivação dos coordenadores disciplinares do CFSD.

Sobre as pesquisas exploratórias, Prodanov e Freitas (2013) elencam que estas são realizadas geralmente na fase inicial dos estudos, pois buscam proporcionar informações adicionais sobre o assunto em questão, ajudando na delimitação do tema, na produção de objetivos de pesquisa e na formulação de hipóteses. Os mesmos autores, ao conceituarem as pesquisas descritivas, pontuam que, nesta modalidade, o pesquisador procura apenas registrar e descrever os fenômenos que ele observou sem nenhuma interferência no processo.

Já Silva e Menezes (2005) dizem que tais pesquisas são desenvolvidas no intuito de resolver problemas de forma especificada e prática. Os métodos mistos ou a pesquisa quanti- qualitativa, assim chamada por Creswell e Clark (2007), mostram uma tipologia direcionada para as ciências sociais. Com o propósito de sistematizar a utilização da pesquisa quanti-qualitativa, os autores estabelecem quatro esboços metodológicos da abordagem mista: triangulação, que busca comparar e contrastar dados

estatísticos com dados qualitativos obtidos simultaneamente; embutido, no qual um conjunto de dados (quantitativos) apoia os outros dados (qualitativos) ou vice-versa, ambos também obtidos simultaneamente; explanatório, no qual dados qualitativos são utilizados para explicar resultados quantitativos ou vice-versa; e exploratório, cujos resultados qualitativos contribuem para o desenvolvimento do subsequente método quantitativo.

A pesquisa tem como amostra coordenadores disciplinares do curso de formação de soldados (CFSD) da Polícia Militar da Paraíba (PMPB). O caminho metodológico foi constituído em três etapas: elaboração de questionário estruturado utilizado para a coleta de dados através da plataforma digital do Google Forms para melhor operacionalização; a aplicação do questionário e a exposição dos dados e tabelas, seguido de uma discussão do tema abordado com base na literatura já existente.

3 COORDENAÇÃO DISCIPLINAR

De acordo com a Norma Educacional nº 013, do Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba, o(a) Coordenador(a) Disciplinar é o(a) responsável por cuidar, manter e promover a disciplina por parte dos alunos que estão sob sua coordenação, seguindo os critérios institucionais, conforme Normas e Regulamentos vigentes (Polícia Militar da Paraíba - PMPB, 2024). Ressalta-se que o coordenador disciplinar tem 25 atribuições, sendo as mesmas expostas no quadro abaixo:

Quadro 1 - Atribuições coordenador disciplinar – PMPB

Atribuição 1	Manter estreito contato com o coordenador pedagógico, visando oferecer local de trabalho adequado para a realização das aulas, ou seja, providenciar recursos didáticos tais como: piscina, pista de treinamento de salvamento de altura, viaturas, armamento, munições, entre outros, a partir da solicitação dos professores;
Atribuição 2	Estar atento, acompanhando as decisões judiciais (no site do Tribunal de Justiça) referentes aos alunos que estejam frequentando o curso Sub Judice, bem como tomar as providências conforme as movimentações do processo;
Atribuição 3	Acompanhar as diversas atividades em ato de serviço, tais como: embarques, instruções fora da unidade, e outros;
Atribuição 4	Zelar e acompanhar atentamente a conduta disciplinar dos alunos em curso;
Atribuição 5	Contribuir para a formação comportamental dos alunos durante todo o curso, mostrando-se como exemplo e servindo de referência positiva;

Atribuição 6	Garantir o cumprimento de horários de atividades educacionais internas e externas conforme programa recebido pelo comando da unidade;
Atribuição 7	Acompanhar as atividades da turma, monitorando a ocorrência de falta de docentes às aulas, a fim de que seja viabilizada a devida substituição em tempo hábil;
Atribuição 8	Observar e atentar para uma eventual mudança comportamental de alunos, professores ou instrutores, avaliando a necessidade de uma abordagem visando à orientação ou encaminhamento aos serviços de atendimento psicológico ou pedagógico da unidade;
Atribuição 9	Proporcionar ambiente motivador para o aprendizado e aproveitamento dos alunos, sempre pautado na hierarquia e disciplina e no respeito à pessoa humana;
Atribuição 10	Ficar atento a situações, comportamentos e atitudes negativas ou positivas, sugerindo ao chefe da disciplina punição ou premiação pautada nas normas existentes;
Atribuição 11	Atuar como mediador e agente de comunicação entre os alunos e seus superiores diante de solicitações pessoais ou coletivas feitas verbalmente por aqueles; Solucionar pequenos problemas disciplinares e de relacionamento;
Atribuição 12	Solucionar pequenos problemas disciplinares e de relacionamento, gerenciando pequenas crises, evitando assim que se tornem algo mais grave;
Atribuição 13	Manter-se atualizado sobre as normas e regulamentos vigentes na instituição e divulgá-los aos alunos;
Atribuição 14	Divulgar aos alunos, no início do curso e/ou estágio que estiver coordenando, sobre o teor da Norma Educacional 025/2024, que trata das Medidas Disciplinares Escolares (MDEs);
Atribuição 15	Atuar na formação, integração e adaptação do indivíduo que ingressa na corporação, exigindo dele o cumprimento das normas, regulamentos, valores e tradições militares, bem como, as rotinas e atitudes preconizadas no ambiente da caserna;

Atribuição 16	Realizar contato com familiares de alunos quando julgar necessário, visando contribuir na formação deles;
Atribuição 17	Praticar com profissionalismo e ética o acolhimento, a escuta, a orientação e o aconselhamento aos alunos, mantendo presença e diálogo com a turma;
Atribuição 18	Lançar os dados de atestado médico em ficha de aluno e acompanhar seus prazos para que não ocorra o descumprimento das ordens;
Atribuição 19	Cadastrar e manter atualizado desde o início das aulas os alunos no SISGE, atentando para sua situação no curso (regular, Sub Judice, ficha disciplinar escolar etc.);
Atribuição 20	Comunicar imediatamente por escrito, acidente sofrido por alunos em ato de serviço ou fora deste;
Atribuição 21	Manter o Coordenador Pedagógico informado e devidamente atualizado quanto às alterações nas fichas de cadastros dos alunos em curso;
Atribuição 22	Repassar a entrega de uniforme, orientando-os, se necessário, para eventuais ajustes;
Atribuição 23	Conferir materiais exigidos pela coordenação aos alunos para utilização correta destes durante o curso;
Atribuição 24	Gerenciar e acompanhar a agenda de atividades extraclasse;
Atribuição 25	Estar em constante contato com o Subcomandante da Coordenação de Curso e/ou Estágio, mantendo-se sempre atualizado de qualquer alteração ou informação que deva ter conhecimento, para resolução ou busca de resolução junto aos escalões superiores.

Fonte: PMPB (2024).

Segundo a norma supracitada, para atuar como Coordenador(a) Disciplinar, é necessário ser policial militar, oficial ou praça, desde que qualificado para o exercício da função, através de avaliação da Coordenadoria de Ensino, Treinamento e Pesquisa

(CETP), com o mesmo perfil previsto para o Coordenador(a) Pedagógico(a).

3.1 DEFINIÇÃO DE MOTIVAÇÃO

A palavra motivação tem sua origem no latim "*movere*", que significa mover. Nesse contexto, a motivação é o impulso que leva as pessoas a agirem e a realizarem determinadas ações (Simão, 2023). Ou ainda, a motivação “é o resultado de forças internas de uma pessoa ou externas (gestores, líderes e outros) que geram no colaborador o anseio de ser cada vez melhor” (Dos Santos Leite *et al.*, 2020, p. 10). Assim, a motivação de um indivíduo está intrinsecamente ligada ao esforço necessário para alcançar metas.

Além disso, a motivação é um conjunto de necessidades, intensidade e dedicação de cada indivíduo, portanto, deve-se levar em conta e apreciar isso em cada indivíduo. Os funcionários motivados permanecem na execução de suas tarefas até atingirem seus objetivos. A motivação está presente na rotina diária de cada funcionário, ou seja, é um conjunto de elementos que determina o comportamento das pessoas dentro ou fora das

organizações (Torres, 2019).

Portanto, observa-se que a motivação é um aspecto crucial no desempenho das funções dos policiais, especialmente no contexto da formação dos novos profissionais, estando relacionada ao conjunto de forças que atuam sobre o indivíduo e que influenciam seu comportamento, principalmente no ambiente policial, onde o comprometimento e a dedicação ao serviço são fundamentais.

3.2 TEORIAS MOTIVACIONAIS

a) Teoria da Hierarquia das Necessidades de Maslow

De acordo com Periard (2018), Maslow traz "um esquema que apresenta uma divisão hierárquica em que as necessidades consideradas de nível mais baixo devem ser satisfeitas antes das necessidades de nível mais alto". A figura representativa dessa pirâmide é apresentada a seguir:

Figura 1 - Hierarquia das necessidades de Maslow



Fonte: Feriar (2018).

Nas palavras de Maslow (*apud* Periard, 2018), as necessidades humanas dividem-se em cinco grupos. São elas:

1. Fisiológicas ou básicas: incluem alimento, abrigo, repouso, exercício, sexo e outras necessidades orgânicas.
2. Segurança: inclui proteção contra ameaças, como perda de emprego e riscos à integridade física e à sobrevivência.
3. Social: inclui amizade, afeto, interação e aceitação dentro do grupo e da sociedade.
4. Estima: inclui autoestima e estima por parte de outros.
5. Autorrealização: a intenção de utilizar o potencial de aptidões e habilidades, autodesenvolvimento e realização pessoal (Maximiano, 2010, p. 262).

São válidas as seguintes premissas elencadas no quadro a seguir:

Quadro 2 - Premissas de Maslow

As necessidades básicas manifestam-se em primeiro lugar, e as pessoas procuram satisfazê-las antes de se preocupar com as de nível mais elevado;

Uma necessidade de uma categoria qualquer precisa ser atendida antes que a necessidade de uma categoria seguinte se manifeste;
Uma vez atendida, a necessidade perde sua força motivadora, e a pessoa passa a ser motivada pela ordem seguinte de necessidades;
Quanto mais elevado o nível das necessidades, mais saudável a pessoa é; e, o comportamento irresponsável é sintoma de privação das necessidades sociais e de estima.

Fonte: Maximiano, (2010).

b) Teoria X e a teoria Y de McGregor

A Teoria X e a Teoria Y, desenvolvidas por Douglas McGregor, representam duas visões distintas sobre a natureza humana e sua relação com o trabalho. Chiavenato (2014) destaca que a Teoria X pressupõe que os indivíduos são naturalmente avessos ao trabalho e precisam ser controlados e dirigidos para atingir os objetivos organizacionais. Essa visão é frequentemente associada a ambientes de trabalho autoritários, onde a motivação é baseada em recompensas externas e punições.

Por outro lado, a Teoria Y, conforme discutido por Bergamini (2013), parte do princípio de que as pessoas são criativas, buscam responsabilidades e podem ser automotivadas quando estão comprometidas com os objetivos da organização. O autor ressalta que essa abordagem é mais adequada

para ambientes que valorizam a participação e a autonomia dos colaboradores, como no caso da coordenação disciplinar, onde o policial militar pode encontrar espaço para desenvolver suas habilidades de liderança e contribuir para a formação dos alunos.

c) Teoria dos dois fatores de Herzberg

A Teoria dos Dois Fatores, proposta por Frederick Herzberg, divide os fatores que influenciam a motivação no trabalho em dois grupos: fatores higiênicos (extrínsecos) e fatores motivacionais (intrínsecos). Lacombe (2017) explica que os fatores higiênicos, como salário, condições de trabalho e políticas da empresa, não motivam diretamente, mas sua ausência pode causar insatisfação. Já os fatores motivacionais, como realização pessoal, reconhecimento e crescimento profissional, são essenciais para a satisfação no trabalho.

No contexto da coordenação disciplinar, Rodrigues e Bastos (2019) argumentam que a motivação dos policiais militares pode ser ampliada quando há um equilíbrio entre esses fatores. Por exemplo, condições de trabalho adequadas (fator higiênico) combinadas com oportunidades de

desenvolvimento profissional (fator motivacional) podem aumentar o engajamento dos coordenadores disciplinares.

d) Teoria ERG - Existence Relatedness and Growth

A Teoria ERG, desenvolvida por Clayton Alderfer, simplifica a hierarquia de necessidades de Maslow em três categorias: existência (necessidades básicas), relacionamento (necessidades sociais) e crescimento (necessidades de desenvolvimento pessoal). Souza e Carrieri (2018) destacam que essa teoria é particularmente útil para entender a motivação em ambientes dinâmicos, como o militar, onde as necessidades podem não seguir uma hierarquia rígida.

Para os coordenadores disciplinares, conforme discutido por Oliveira e Tamayo (2020), a satisfação das necessidades de relacionamento (como o vínculo com a equipe e os alunos) e de crescimento (como a oportunidade de contribuir para a formação dos soldados) pode ser tão importante quanto as necessidades de existência (como salário e condições de trabalho).

e) Teoria das necessidades, de McClelland David McClelland: propôs que as necessidades humanas

podem ser categorizadas em três tipos: realização, poder e afiliação. Segundo Motta e Vasconcelos (2017), esses fatores exercem influência direta no comportamento profissional, sendo que indivíduos com maior necessidade de realização tendem a buscar desafios e avaliações objetivas de seu desempenho, enquanto aqueles com predominância de afiliação valorizam mais os relacionamentos harmoniosos no ambiente de trabalho. Já os profissionais motivados por poder demonstram maior interesse em posições de influência e liderança dentro das organizações.

No contexto da coordenação disciplinar, Machado e Borges-Andrade (2017) sugerem que policiais militares com alta necessidade de poder podem ser motivados pela oportunidade de influenciar a formação ética dos alunos, enquanto aqueles com alta necessidade de realização podem encontrar motivação no impacto direto de seu trabalho na segurança pública.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das respostas dos 17 coordenadores disciplinares da PMPB revela um cenário complexo,

onde fatores motivacionais, desafios estruturais e expectativas profissionais se entrelaçam. Para uma compreensão mais clara, os achados foram organizados em categorias, exemplificando com falas representativas e contextualizando-as com as teorias organizacionais relevantes.

No que diz respeito à motivação para assumir a função, a maioria dos coordenadores citou motivações intrínsecas, como o desejo de contribuir para a formação ética dos alunos e o interesse em liderança. No entanto, alguns foram designados para a função sem escolha direta, o que impactou seu engajamento inicial.

Quadro 3 - Discursos representativos

Fala Representativa	Contexto Teórico	Análise
"Contribuir na formação dos futuros policiais é plantar uma boa semente." (Coordenador 14)	Maslow (Autorrealização) e McClelland (Realização).	Reflete a satisfação em influenciar positivamente a carreira dos alunos, alinhando-se às necessidades de alto nível.

"Fui convocado para a função, mas acabei me identificando." (Coordenador 09)	McGr gor Teoria Y) (Teoria X → Fator)	Mostra uma transição de motivação extrínseca (designação) para intrínseca (identificação com a função).
"Dinheiro foi minha motivação inicial" (Coordenador 05)	(Herzberg Higiênico)	Destaca a remuneração como motivador primário, mas sem garantia de satisfação duradoura.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Enquanto a maioria dos coordenadores encontra motivação no impacto social e na autorrealização, aqueles designados sem vocação inicial tendem a enfrentar maior dificuldade de adaptação. Isso reforça a importância de alinhar a escolha dos coordenadores a seus perfis motivacionais, conforme sugerido por McGregor e McClelland. Em relação aos desafios enfrentados na função, os mais citados foram a gestão de conflitos entre alunos, a falta de recursos materiais e a burocracia excessiva. Esses fatores geram frustração e podem levar à desmotivação.

Quadro 4 - Discursos representativos

Fala Representativa	Contexto Teórico	Análise
"Lidar com diferentes temperamentos é meu maior desafio." (Coordenador 06)	McClelland (Afiliação).	Mostra a importância das habilidades interpessoais para manter a coesão do grupo.
"A estrutura precária dificulta nosso trabalho diário." (Coordenador 07)	Herzberg (Fator Higiênico).	A falta de recursos materiais é um desmotivador claro, afetando a eficácia da função.
"A burocracia consome tempo que poderia ser dedicado aos alunos." (Coordenador 10)	Teoria Y (Autonomia).	A excessiva burocracia Limita a autonomia, reduzindo a eficiência.

Fonte: Elaboração Própria (2025).

Também foi relatado o acúmulo de funções: “estar acumulando funções no Batalhão e no NUFAP é desgastante” (Coordenador 09). Além disso, o pouco reconhecimento institucional (7/17) também apareceu como um desmotivador importante, afetando a autoestima (Maslow) e a necessidade de poder (McClelland). Alguns coordenadores ainda mencionaram relações difíceis com superiores (5/17), indicando que a falta de apoio hierárquico pode minar

a motivação.

Os desafios expostos evidenciam uma desconexão entre as expectativas dos coordenadores e a realidade organizacional. Enquanto a Teoria Y pressupõe que profissionais motivados buscam autonomia, a burocracia e a falta de recursos criam barreiras que dificultam esse potencial.

É possível observar fatores que melhorariam o engajamento na função. Os coordenadores sugeriram melhorias em três áreas principais: remuneração, capacitação contínua e reconhecimento público.

Quadro 5 - Discursos representativos

Fala Representativa	Contexto Teórico	Análise
"Uma remuneração justa compensaria a dedicação exigida." (Coordenador 11)	Herzberg (Fator Higiênico).	Salário melhorado reduziria a insatisfação, mas não necessariamente aumentaria a motivação intrínseca.
"Capacitação contínua nos ajudaria a lidar melhor com os alunos." (Coordenador 13)	Alderfer (Crescimento).	Treinamentos atendem à necessidade de desenvolvimento profissional.

"Medalhas e promoções tornariam a função mais valorizada." (Coordenador 15)	McClelland (Poder).	Reconhecimento público atende à necessidade de status e influência.
---	---------------------	---

Fonte: Elaboração própria, (2025).

As sugestões dos coordenadores refletem um equilíbrio entre fatores extrínsecos (remuneração) e intrínsecos (crescimento profissional). Isso ressalta a importância de abordagens multifacetadas para a motivação, conforme proposto por Herzberg e Alderfer.

A motivação dos coordenadores disciplinares é analisada sob a perspectiva de variáveis como idade, tempo de serviço, local de trabalho e teorias organizacionais. Os dados coletados revelam padrões que ajudam a compreender os fatores que impulsionam ou desmotivam esses profissionais em sua função.

Coordenadores mais jovens, com idades entre 28 e 37 anos, demonstram maior preocupação com oportunidades de crescimento profissional e reconhecimento interno, alinhando-se à Teoria das Necessidades de McClelland, que destaca a busca por realização e progressão na carreira.

O Coordenador 04 mencionou que sua motivação estava ligada à "contribuição para a formação ética dos soldados e ao desenvolvimento de suas próprias habilidades".

Já os coordenadores mais experientes, acima dos 40 anos, tendem a valorizar aspectos como autorrealização e impacto social, refletindo o topo da pirâmide de Maslow. O Coordenador 17 destacou que permanece na função pelo "desejo de contribuir para a formação dos novos policiais, mesmo diante de desafios estruturais".

As condições de trabalho variam significativamente entre o Centro de Formação (CFAP) e os Núcleos Regionais (NUFAP). No CFAP, onde a estrutura é mais consolidada, os desafios mencionados incluem burocracia excessiva e carga horária extensa, fatores que Herzberg classificaria como higiênicos ou seja, quando insatisfatórios, geram desmotivação, mas quando atendidos, não necessariamente motivam.

O Coordenador 01 relatou que "a dedicação é integral, diferindo-se da escala usual de 24h de serviço por 72h de descanso." Há um investimento de

tempo e dedicação na formação e isso tem um custo na família e no financeiro do coordenador. Já nos NUFAPs, o Coordenador 14 destacou que "a estrutura e logística da Instituição são por vezes precárias", evidenciando que a falta de recursos materiais e infraestrutura precária são os principais obstáculos, aumentando a dificuldade de manter a qualidade da formação.

Coordenadores iniciantes, com até um ano de atuação, frequentemente citam a adaptação às regras e a gestão de pessoas como seus maiores desafios, o que remete à Teoria X de McGregor, que pressupõe a necessidade de controle em ambientes mais rígidos. O Coordenador 06 destacou a dificuldade em "equilibrar as demandas disciplinares com as expectativas dos alunos".

Por outro lado, coordenadores veteranos, com cinco anos ou mais na função, enfatizam a satisfação em influenciar positivamente a formação dos soldados e o legado deixado na instituição, aproximando-se da Teoria Y de McGregor, que valoriza a automotivação e a realização pessoal. O Coordenador 07 afirmou que permanece na função pela "esperança de contribuir

para melhorias futuras, mesmo reconhecendo as deficiências atuais".

Os fatores intrínsecos, como a oportunidade de influenciar novos policiais e o impacto na segurança pública, foram os mais citados como motivadores, corroborando a Teoria dos Dois Fatores de Herzberg. Quase 85% dos coordenadores afirmaram que a possibilidade de contribuir para a formação ética dos alunos é um aspecto altamente motivador.

O Coordenador 12 destacou: "Repassar minha experiência para os alunos e contribuir efetivamente na boa formação policial militar". No entanto, fatores extrínsecos, como remuneração inadequada e excesso de burocracia, surgiram como os principais desmotivadores. O Coordenador 05 foi direto ao afirmar que sua motivação para assumir o cargo foi "dinheiro", enquanto o Coordenador 09 mencionou que "melhor remuneração" é essencial para aumentar o engajamento.

A hierarquia de necessidades de Maslow se manifesta claramente nas respostas: coordenadores frequentemente mencionaram a satisfação de

necessidades sociais (pertencimento à equipe) e de autorrealização (impacto na formação) como aspectos mais atendidos.

O Coordenador 08 afirmou que suas necessidades sociais e de autorrealização são atendidas na função. Já a Teoria de McClelland reforça a predominância da necessidade de realização e poder, especialmente entre os mais experientes, que veem na função uma forma de exercer liderança e deixar um legado.

A divisão entre Teoria X e Y de McGregor também se faz presente: enquanto iniciantes tendem a enxergar a função como um desafio a ser controlado, veteranos demonstram maior automotivação e busca por propósito.

As principais demandas apontadas pelos coordenadores incluem capacitação contínua, reconhecimento público (como medalhas e promoções) e aumento do efetivo para reduzir a carga burocrática. O Coordenador 13 sugeriu que "melhor remuneração e capacitação contínua" são essenciais para melhorar o engajamento. Essas sugestões reforçam a importância de políticas institucionais que

equilibrem recompensas materiais e valorização simbólica, além de investimentos em infraestrutura, especialmente nos NUFAPs.

A motivação dos coordenadores disciplinares é multifacetada, influenciada por fatores pessoais, organizacionais e contextuais. Enquanto aspectos intrínsecos, como a realização profissional e o impacto social, sustentam seu engajamento, questões extrínsecas, como condições de trabalho e remuneração, representam desafios críticos.

A pesquisa evidencia a necessidade de um modelo de gestão que combine reconhecimento, capacitação e melhorias estruturais, alinhado tanto às teorias motivacionais quanto às realidades práticas enfrentadas por esses profissionais. Essa abordagem não apenas aumentaria a satisfação dos coordenadores, mas também fortaleceria a qualidade da formação dos novos policiais, refletindo diretamente na eficácia da segurança pública. Como destacou o Coordenador 14: "A missão é nobre, porém árdua", resumindo a complexidade e a importância do papel desses profissionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender os fatores motivacionais que influenciam os policiais militares no exercício da função de coordenador disciplinar nos Núcleos e Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar da Paraíba (PMPB). A análise dos dados coletados evidenciou que a motivação desses profissionais é multifatorial, envolvendo aspectos pessoais, organizacionais e institucionais, corroborando as teorias motivacionais discutidas ao longo do trabalho.

Verificou-se que os coordenadores disciplinares são impulsionados, em grande parte, por motivações intrínsecas, como o desejo de contribuir para a formação ética dos alunos e a satisfação de impactar positivamente a segurança pública. Esses achados alinham-se à Teoria da Autorrealização de Maslow e à Teoria dos Dois Fatores de Herzberg, que destacam a importância do reconhecimento e do significado do trabalho como elementos motivadores. No entanto, também ficou claro que fatores extrínsecos, como condições de trabalho adequadas, remuneração justa e apoio institucional, são

fundamentais para manter o engajamento desses profissionais.

Os desafios relatados, como a falta de recursos, a burocracia excessiva e a sobrecarga de funções, revelam uma dissonância entre as expectativas dos coordenadores e a realidade organizacional. Esses obstáculos, quando não solucionados, podem levar à desmotivação e até ao abandono da função, comprometendo a qualidade da formação dos futuros policiais. Por outro lado, momentos de reconhecimento, autonomia e impacto positivo no desenvolvimento dos alunos foram citados como elementos que reforçam a motivação e a permanência no cargo.

Diante desses resultados, sugere-se que a PMPB implemente políticas de valorização dos coordenadores disciplinares, incluindo:

Melhoria nas condições de trabalho, com investimento em infraestrutura e recursos materiais;
Capacitação contínua, oferecendo treinamentos específicos para gestão de pessoas e mediação de conflitos; Reconhecimento institucional, por meio de premiações, promoções ou menções honrosas;

Redução da burocracia, simplificando processos para permitir maior dedicação às atividades pedagógicas.

Este estudo contribui não apenas para o campo acadêmico, ao relacionar teorias motivacionais com a realidade prática da PMPB, mas também para a gestão institucional, ao apontar caminhos para a retenção e motivação desses profissionais. A função de coordenador disciplinar é essencial para a formação de policiais mais preparados e alinhados aos valores da corporação, e sua valorização reflete diretamente na eficácia da segurança pública.

Recomenda-se que pesquisas futuras ampliem a amostra e explorem comparativos entre diferentes regiões ou instituições, a fim de identificar boas práticas e adaptá-las às necessidades específicas da PMPB. Além disso, seria relevante avaliar o impacto de políticas já implementadas, criando um ciclo contínuo de aprimoramento na gestão de pessoas dentro da corporação.

Por fim, ressalta-se que a motivação dos coordenadores disciplinares não é apenas um fator individual, mas um elemento estratégico para o fortalecimento da Polícia Militar e,

consequentemente, para a promoção de uma sociedade mais segura e justa. Empoderar esses profissionais é investir no futuro da instituição e no bem-estar coletivo.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, S. C. F. Os princípios da abordagem policial da PMMS empregados na atuação do Departamento de Operações de Fronteira. **Revista (Re)Definições das Fronteiras**, v. 2, n. 9, p. 153–165, 2024.
- BERGAMINI, C. W. **Motivação nas organizações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- CHIAVENATO, I. **Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. **Pesquisa de métodos mistos**. Porto Alegre: Penso, 2007.
- DOS SANTOS LEITE, Y. G. *et al.* Motivação no ambiente organizacional como ferramenta no aumento da produtividade. 2020. Disponível em: https://aprepro.org.br/conbrepro/2020/anais/arquivos/10302020_161023_5f9c6e0757e3a.p df. Acesso em: 09 abr. 2025.
- LACOMBE, F. J. M. **Recursos humanos: princípios e tendências**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- MACHADO, H. V.; BORGES-ANDRADE, J. E. **Motivação no trabalho: teorias e aplicações**. Brasília: Editora UnB, 2017.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**. São Paulo: Atlas, 2010. p. 249–275.

MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. **Teoria geral da administração**. 10. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

OLIVEIRA, M. A.; TAMAYO, A. **Comportamento organizacional e gestão de pessoas**. Porto Alegre: Bookman, 2020.

PERIARD, G. **A hierarquia de necessidades de Maslow: o que é e como funciona**. Portal Gov, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/porta-da-estrategia/artigos-gestao-estrategica/a-hierarquia-de-necessidades-de-maslow>. Acesso em: 05 maio 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA (PMPB). Norma Educacional nº 013. Paraíba: PMPB, 2024. Disponível em: https://ce.pm.pb.gov.br/sisge/public/normas-cepmpb/Norma_educacional-0013.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

RODRIGUES, L. C.; BASTOS, A. V. B. **Psicologia e trabalho: abordagens teóricas e metodológicas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2019.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SIMÃO, C. H.; JARDIM, M. I. de A. **Motivação no processo de aprendizagem e sua relação com atividades gamificadas: uma análise epistemológica**. **Eccos Revista**

Científica, n. 65, 2023.

SOUZA, E. C. L.; CARRIERI, A. P. **Teorias da administração**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

TORRES, E. X. **A relevância da motivação dos colaboradores para o sucesso das organizações**. Brasília, 2019. 34f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Anhanguera Kroton Educacional, Leme, 2018.

CAPÍTULO

3

***Entre a urgência da ocorrência e a
segurança da equipe, a capacitação do
condutor faz toda a diferença.***

EFETIVIDADE DA CAPACITAÇÃO PARA CONDUTORES DE VIATURAS POLICIAIS DE RADIOPATRULHAMENTO NO 2º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA

Albson Alexandre de Oliveira
Edpu Gustavo dos Santos Trindade
Franklin Santos de Oliveira

RESUMO

Este estudo exploratório analisou a eficácia do Curso de Condução de Veículos de Emergência (CCVE) para motoristas de viaturas de radiopatrulhamento do 2º Batalhão da Polícia Militar da Paraíba. Com abordagem quali-quantitativa, utilizou questionário online aplicado a 16,38% do efetivo. Os resultados revelaram que, embora 61,11% dos participantes tenham feito o CCVE nos últimos dois anos, 16,67% nunca realizaram o curso e 38,89% nunca passaram por uma atualização. A maioria dos condutores considera que o treinamento contribui significativamente para a redução de acidentes, mas a avaliação da infraestrutura e da efetividade geral do curso apresentou percepções heterogêneas. Os participantes destacaram a necessidade de maior carga prática e treinamento presencial. Conclui-se pela necessidade de reformulação do CCVE para ampliar sua eficácia e segurança operacional.

Palavras-Chave: Capacitação. Radiopatrulhamento. Condutores PM.

1 INTRODUÇÃO

A capacidade de realizar deslocamentos rápidos e seguros impacta diretamente na resposta policial e na proteção da sociedade, seja no atendimento a ocorrências, no patrulhamento ostensivo ou em operações especiais. O conhecimento técnico sobre o equipamento também é fundamental para o desempenho das atividades como motorista de viatura policial. Além disso, outras demandas administrativas inerentes à função, como a realização de *checklists* e a comunicação sobre possíveis alterações na rotina, relacionam-se diretamente com a eficiência da administração pública.

Diante desse cenário, aflora a seguinte questão norteadora: De que forma os programas de capacitação de condutores de viaturas policiais de radiopatrulhamento, no 2º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba, demonstram efetividade em seus objetivos formativos e operacionais? Dessa forma, a escolha desta temática se justifica pela importância estratégica da função dos condutores policiais no cenário da segurança pública. Sendo assim, o objetivo geral é, analisar a eficácia dos

programas de treinamento de condutores policiais como forma de melhorar a capacitação profissional e otimizar a utilização dos recursos públicos. Desse modo, os objetivos específicos são: (a) verificar a efetividade dos treinamentos na preparação técnica e operacional dos condutores; (b) identificar dados empíricos úteis para a otimização das estratégias de capacitação; (c) contribuir para o aprimoramento e formação de condutores mais preparados.

Sob uma perspectiva subjetiva, a realização deste trabalho é motivada por reconhecer o papel fundamental do treinamento na qualificação profissional dos condutores policiais. A relevância do estudo se apresenta na possibilidade de fornecer insights valiosos para a gestão do 2º BPM, contribuindo para a otimização dos recursos investidos em treinamento e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade paraibana.

2 METODOLOGIA

A metodologia orienta o desenvolvimento da pesquisa, garantindo validade e confiabilidade dos

resultados. Este estudo analisou a eficácia do Curso de Condução de Veículos de Emergência (CCVE), ofertado pela Polícia Militar da Paraíba, como principal instrumento de capacitação dos condutores de radiopatrulhamento.

A pesquisa caracteriza-se como exploratória, com abordagem quali-quantitativa, permitindo a análise integrada de dados estatísticos e percepções dos participantes (Gil, 2008). O universo da pesquisa compreende os militares do 2º BPM que atuam como motoristas de viaturas, sendo selecionada uma amostra não probabilística.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário online (Forms.app), estruturado em questões abertas (qualitativas) e fechadas (quantitativas, incluindo escala Likert), previamente testado em estudo-piloto. A amostra alcançou 16,38% do efetivo.

Os dados qualitativos foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016), enquanto os dados quantitativos foram organizados e analisados com auxílio do Microsoft Excel e Google Colaboratory, utilizando estatística

descritiva e inferencial (Marconi; Lakatos, 2003). A integração dos resultados possibilitou uma interpretação abrangente, contribuindo para a compreensão da efetividade do CCVE e para o aprimoramento das estratégias de capacitação.

3 ANÁLISE DE ESTUDOS DE CASO

A efetividade da capacitação para condutores de viaturas policiais de radiopatrulhamento é um campo de estudo complexo. Ele abrange desde o desenvolvimento de habilidades técnicas de direção até aspectos ergonômicos, psicológicos e comportamentais, impactando diretamente a gestão pública.

A literatura já demonstra a importância do treinamento especializado para a segurança e o desempenho dos policiais, destacando a relação intrínseca entre capacitação e a performance eficaz das atividades. Também ressalta a relevância da gestão de pessoas para a eficiência administrativa, com a conceituação e avaliação de desempenho, bem como a legislação e as normativas pertinentes.

No entanto, ainda há espaço para estudos mais

aprofundados, com metodologias rigorosas, que quantifiquem de forma precisa os impactos diretos da capacitação na redução de acidentes e na melhoria da performance operacional das patrulhas e das instituições.

Alguns estudos e publicações já abordam a importância, os conteúdos e os desafios do treinamento de condutores de viaturas de emergência, com foco especial nas viaturas policiais. Contudo, devido às particularidades das forças de segurança pública, muitos dos resultados desses estudos ficam restritos aos muros das próprias instituições.

O artigo "Treinamento de Condução Veicular Policial: um estudo de caso na Polícia Rodoviária Federal" (Silva *et al.*, 2023) é uma referência relevante nas pesquisas sobre o tema abordado neste estudo. A pesquisa analisa o Ciclo de Atualização Policial, evento anual da PRF, que visa aprimorar técnicas e reduzir acidentes de trânsito. O alto comprometimento dos policiais com o treinamento, conforme apontado pelos resultados, projeta a imagem de uma polícia adaptável, inovadora e

engajada. Essa dedicação é essencial para a percepção de altivez institucional, pois uma corporação que se aprimora e demonstra compromisso com suas tarefas inspira respeito e confiança na população, transmitindo profissionalismo e robustez.

Ademais, o objetivo final do treinamento diminuir a vitimização policial por acidentes não só protege seus próprios membros, mas também contribui indiretamente para a segurança de todos nas estradas. Ao valorizar o conhecimento e a pesquisa para melhorar sua atuação, a instituição se posiciona como um exemplo que inspira confiança e credibilidade.

Outro trabalho relevante é o artigo "As implicações da formação específica para condutores de viaturas oficiais no 6º BPM/PMAC" (Costa; Miranda, 2020). O estudo investiga a importância da formação específica para condutores de viaturas, visando melhorar a efetividade do serviço, a segurança dos ocupantes e a conservação da frota, em alinhamento com o princípio constitucional da eficiência na Administração Pública.

Os autores buscaram identificar o perfil ideal

de formação, compreender suas implicações para a efetividade do serviço, analisar as especificidades legais e operacionais da condução de veículos oficiais no 6º BPM/PMAC, identificar os riscos da falta de formação e propor soluções para sua viabilização. O artigo constatou a ausência de procedimentos padronizados para a direção veicular em serviço e a inexistência de requisitos específicos na seleção de condutores. Além disso, a falta de cursos, formações em direção policial e a desatualização da frota contrariam os princípios da administração pública, especialmente o da eficiência.

3.1 Competências e eficiência na gestão pública

A gestão de pessoas no setor público transcende a mera administração de recursos humanos, configurando-se como um pilar estratégico para o alcance da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade. Com base nos princípios constitucionais que norteiam a administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Brasil, 1988, art. 37), a gestão de pessoas focada no

desenvolvimento de competências se apresenta como um elemento fundamental para a melhoria do desempenho dos servidores e, por extensão, da organização. Uma gestão de pessoas orientada para o desenvolvimento de competências emerge, portanto, como fator indispensável para a otimização do desempenho dos servidores, assim como da própria instituição.

Uma gestão de pessoas eficaz no serviço público contribui diretamente para a eficiência administrativa ao atrair, desenvolver, motivar e reter talentos. Servidores bem treinados, engajados e com as competências adequadas para suas funções tendem a ser mais produtivos, a apresentar menor incidência de erros e a oferecer serviços de maior qualidade à população (Chiavenato, 2014).

Nesse sentido, a observância dos princípios constitucionais implica em processos seletivos justos e transparentes (legalidade e impessoalidade), em decisões de gestão pautadas pela ética e pelo interesse público (moralidade), na transparência das ações e políticas de pessoal (publicidade) e na busca constante pela otimização dos processos e resultados

(eficiência). O desenvolvimento de competências, por meio de programas de treinamento adequados, alinha-se diretamente ao princípio da eficiência, capacitando os servidores a desempenharem suas funções com o máximo de proficiência e a responderem de forma eficaz às demandas da sociedade. O cidadão percebe um serviço público como eficiente quando sua finalidade é realizada com resultados práticos (Nunes, 2015).

Nesse contexto, a atuação dos condutores policiais é pautada por um conjunto de leis e regulamentos, incluindo normativas internas da Polícia Militar, que garantem a segurança e o uso adequado dos veículos de emergência. As responsabilidades desses profissionais vão desde a manutenção básica das viaturas até a observância rigorosa do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e suas resoluções, conforme expresso no Regulamento de Gestão de Frotas da PMPB (PMPB, 2016).

O CTB e suas resoluções, como a nº 268/2008 do CONTRAN, definem as normas de circulação e as prerrogativas de prioridade e livre circulação para veículos de emergência. Impõem, ainda, a obrigação

de conduzir com segurança, mesmo em situações de urgência. O conhecimento e o cumprimento rigoroso dessas normas são cruciais para prevenir acidentes e proteger a integridade física dos policiais, de terceiros e do patrimônio.

3.2 Treinamento para desenvolvimento contínuo

O treinamento e o desenvolvimento contínuo para condutores policiais são cruciais para o exercício de suas funções com segurança, eficiência e profissionalismo. A capacitação constante não é um custo, mas um investimento estratégico que aumenta a segurança e a eficiência operacional da instituição, além de ser um pilar para a excelência profissional dos agentes e para a proteção da sociedade.

A literatura e a prática convergem ao demonstrar que programas de capacitação bem estruturados, focados nas necessidades específicas da atividade policial, contribuem significativamente para aprimorar o desempenho. Esses programas resultam em menor número de ocorrências, maior eficiência nas operações e otimização da tomada de decisões, além de fortalecer a confiança e a motivação dos

policiais.

Diversas abordagens e modelos de treinamento podem ser empregados, como a instrução interna, que se concentra em regulamentações e procedimentos específicos da corporação, e o treinamento externo, que possibilita o acesso a novas técnicas e conhecimentos de outras instituições. Os métodos de ensino podem variar de aulas teóricas e práticas em ambientes controlados a simulações de situações reais de emergência e condução defensiva. A combinação de diferentes abordagens é a estratégia mais eficaz para desenvolver um conjunto completo de competências nos condutores.

Segundo Scorsolini-Comin, Inocente e Miura (2015), a avaliação dos resultados de treinamento é a dimensão mais controversa e difícil, principalmente pela necessidade de se isolar as variáveis obtidas do treinamento das demais variáveis que podem ter influenciado esses resultados. O treinamento policial possui particularidades que o diferenciam de outras modalidades. Além das habilidades técnicas de condução, ele engloba táticas de perseguição,

abordagem veicular e gerenciamento de crises. O desenvolvimento de competências comportamentais também é fundamental, incluindo o controle emocional, a tomada de decisões rápidas sob estresse, a ética profissional e a comunicação eficaz.

Conforme a definição de Chiavenato (2014), o treinamento é um processo educacional que visa aprimorar conhecimentos, atitudes e habilidades. A avaliação da eficácia dos programas é essencial para assegurar que os objetivos de aprendizado sejam atingidos. Essa avaliação pode ser feita através de testes, observação e análise de indicadores de desempenho, garantindo que o investimento em capacitação produza os resultados desejados. Segundo Neely, Gregory e Platts (1995), "indicadores de desempenho são medidas quantificáveis que refletem o sucesso de uma organização em relação a seus objetivos".

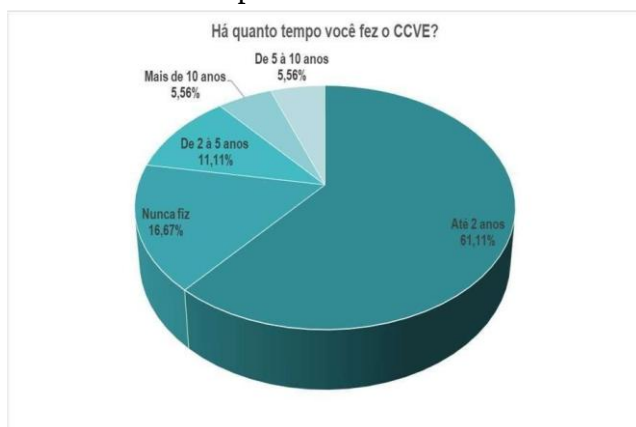
O treinamento deve ser um processo contínuo e adaptável, e não um evento isolado. A capacitação contínua assegura que os condutores mantenham suas habilidades atualizadas e desenvolvam novas

competências para enfrentar os desafios emergentes. Por sua vez, o treinamento especializado aprofunda o conhecimento em áreas de alto risco, como direção defensiva para veículos de emergência e táticas de evasão, preparando os condutores para cenários que exigem expertise diferenciada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do tempo decorrido desde a realização do Curso de Condução de Viatura de Emergência (CCVE) revelou que a maioria dos motoristas (61,11%) realizou o curso há menos de dois anos. Contudo, 16,67% dos participantes nunca participaram da capacitação. A parcela restante é composta por aqueles que concluíram o CCVE há mais tempo, sendo 11,11% entre dois e cinco anos, 5,56% entre cinco e dez anos e 5,56% para os que concluíram há mais de dez anos. Esses dados indicam que ocorreu a capacitação de uma parte significativa da força policial, ao mesmo tempo que evidencia uma lacuna na formação de uma parcela considerável do efetivo.

Gráfico 1 – Tempo de conclusão do CCVE



Fonte: Elaboração própria.

Sobre a última atualização de capacitação, a investigação revelou que a maioria (44,44%) se atualizou nos últimos dois anos. No entanto, um percentual significativo de 38,89% dos participantes nunca realizou uma atualização em suas capacitações. Os dados mostram ainda que 11,11% se atualizaram entre dois e cinco anos atrás, e uma parcela menor, 5,56%, há mais de dez anos. Esses resultados indicam uma disparidade na política de atualização, com uma parte do efetivo recebendo treinamento contínuo, enquanto outra parcela considerável permanece desatualizada.

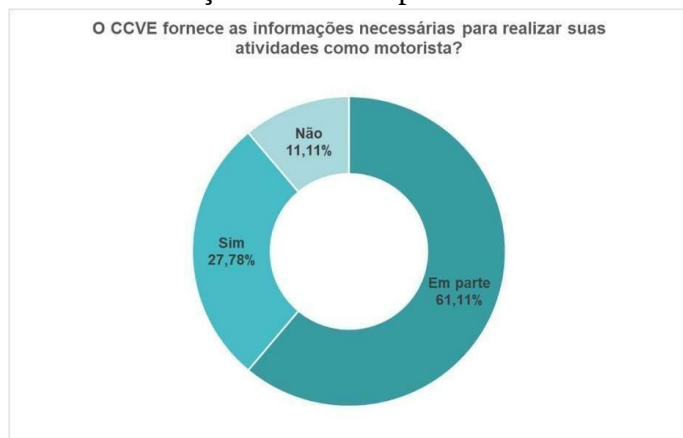
Gráfico 2 – Período da última atualização do CCVE



Fonte: Elaboração própria.

Quanto à percepção dos condutores sobre o conteúdo da capacitação, o diagnóstico foi de que a maioria (61,11%) considera que as informações são "em parte" necessárias para a realização de suas atividades como motorista. Um percentual menor, de 27,78%, avalia que o curso fornece todas as informações necessárias, enquanto 11,11% entendem que o conteúdo não é relevante. Esses dados sugerem que, embora a capacitação seja parcialmente útil, há uma lacuna entre o conteúdo oferecido e as necessidades práticas da função, indicando a necessidade de uma revisão curricular para aprimorar a relevância e a aplicabilidade dos temas abordados.

Gráfico 3 - Percepção sobre a suficiência das informações fornecidas pelo CCVE



Fonte: Elaboração própria (2025).

Ao explorar sobre a segurança e confiança dos condutores após a capacitação, o escrutínio revelou resultados importantes. Metade dos participantes (50%) afirmou sentir-se mais seguro e confiante apenas "em parte" após o curso, indicando uma percepção de melhoria parcial. Um terço dos respondentes (33,33%) sentiu uma melhora significativa, respondendo "sim", enquanto uma parcela considerável (16,67%) não percebeu qualquer aumento em sua segurança ou confiança. Esses dados sugerem que, embora a capacitação contribua para a segurança, há uma lacuna na sua efetividade total.

Gráfico 4 - Percepção de segurança e confiança após a

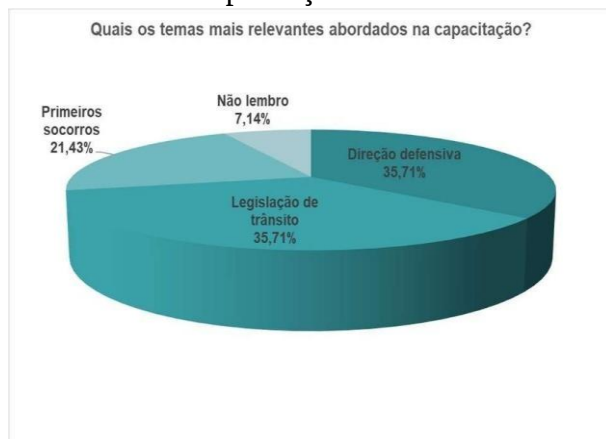
capacitação (CCVE)



Fonte: Elaboração própria (2025).

A percepção dos condutores sobre o conteúdo do Curso de Condução de Veículos de Emergência (CCVE) indica que a direção defensiva e a legislação de trânsito são os temas mais relevantes, com 35,71% das menções cada. Os primeiros socorros também foram considerados importantes, recebendo 21,43% das respostas. Uma pequena parcela dos participantes (7,14%) não se lembrava do conteúdo do curso. Esses dados sugerem que os temas técnicos e jurídicos são considerados fundamentais para a atuação dos motoristas, enquanto os aspectos de assistência em emergências, apesar de relevantes, são vistos como secundários.

Gráfico 5 - Temas mais relevantes abordados na capacitação

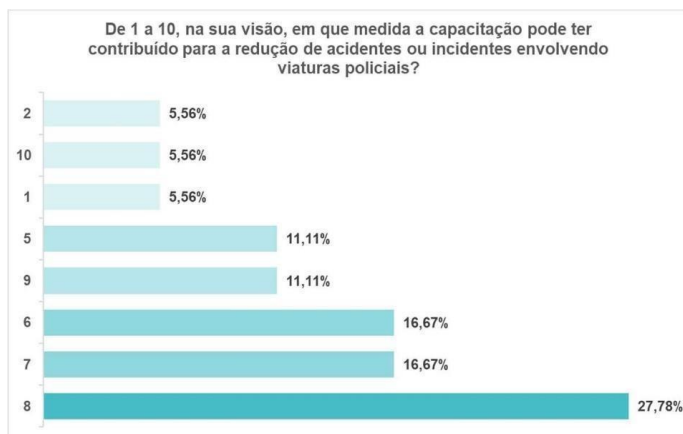


Fonte: Elaboração própria (2025).

Analizando a percepção dos motoristas sobre a contribuição da capacitação na redução de acidentes e incidentes, revelou-se uma forte crença na sua eficácia. Em uma escala de 1 a 10, com 10 representando a máxima contribuição, 27,78% dos entrevistados atribuíram nota 8. As notas 7 e 6 também obtiveram respostas significativas, com 16,67% cada. Somando as avaliações de 6 a 10, a maioria esmagadora dos participantes (77,78%) percebe que o treinamento tem um impacto considerável na segurança operacional. Esses dados subjetivos sugerem que a capacitação é vista como uma ferramenta fundamental para mitigar riscos nas

atividades de radiopatrulhamento.

Gráfico 6 - Grau de contribuição da capacitação para a redução de acidentes/incidentes (escala de 1 a 10)



Fonte: Elaboração própria (2025).

O parecer acerca da infraestrutura e dos recursos do curso de capacitação expôs uma percepção heterogênea entre os participantes. As notas 6 e 5 foram as mais frequentes, com 22,22% das respostas cada, seguidas pela nota 7, com 16,67%. Juntas, essas notas indicam que a maioria dos condutores considera os recursos razoáveis. No entanto, 11,11% dos participantes atribuíram a nota 1, sinalizando uma insatisfação considerável. As avaliações de 8, 10, 4 e 3 receberam percentuais menores, totalizando o restante da amostra. Essa

distribuição sugere que, apesar de uma percepção majoritariamente positiva, uma parcela significativa do efetivo percebe deficiências na infraestrutura e nos recursos disponibilizados.

Gráfico 7 - Avaliação da infraestrutura e dos recursos da capacitação (1–10)



Fonte: Elaboração própria (2025).

O julgamento dos condutores quanto à efetividade geral do Curso de Condução de Veículos de Emergência (CCVE) mostrou-se variado. As notas 6 e 7 foram as mais frequentes, ambas com 22,22% das respostas, seguidas pela nota 8, com 16,67%. Juntas, essas notas representam a percepção de que o curso é moderadamente eficaz.

No entanto, 11,11% dos participantes atribuíram notas 1 e 5, indicando percepções

divergentes sobre a efetividade. As notas 9 e 10, que representam a máxima efetividade, foram dadas por 11,11% e 5,56% dos respondentes, respectivamente. Esses dados sugerem que, embora a maioria considere o curso razoavelmente efetivo, há uma polarização de opiniões.

Gráfico 8 – Grau de satisfação com a efetividade geral do CCVE (1–10)

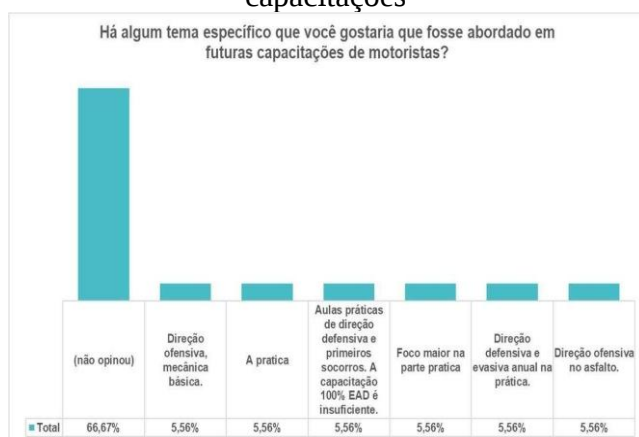


Fonte: Elaboração própria.

Ao solicitar sugestões para a ementa do curso de capacitação, 66,67% dos motoristas optaram por não opinar. No entanto, as demais respostas, embora minoritárias, convergiram para a necessidade de maior foco em aulas práticas. Temas como direção defensiva, direção evasiva e direção ofensiva foram mencionados, com destaque para a aplicação prática. Também houve sugestões específicas, como a

inclusão de mecânica básica. A crítica de que a modalidade 100% EAD é insuficiente reforça a demanda por atividades práticas, indicando que os motoristas percebem uma lacuna na formação teórica sem a devida aplicação.

Gráfico 9 - Sugestões de temas para futuras capacitações



Fonte: Elaboração própria (2025).

Sobre sugestões de aprimoramento na capacitação dos motoristas, manifestou-se uma variedade de perspectivas. Embora 38,89% dos participantes não tenham opinado e 11,12% considerem o treinamento atual suficiente, as demais respostas indicam a necessidade de melhorias. As sugestões mais frequentes apontam para a inclusão de aulas práticas, como direção defensiva, primeiros

socorros e direção em diferentes terrenos. Outros pontos levantados incluem a realização de cursos de forma mais frequente e presencial, com a possível participação de instrutores de outras instituições, como a Polícia Rodoviária Federal (PRF), e uma maior interação durante os treinamentos.

Imagem 1 – Nuvem de palavras: temas de interesse para futuras capacitações de motoristas



Fonte: Elaboração própria.

Apesar de 55,56% dos participantes não terem opinado, as sugestões apresentadas por outros revelam pontos cruciais para aprimorar as futuras capacitações de motoristas. As respostas indicam a preferência por um formato presencial que integre teoria e prática. As sugestões enfatizam a necessidade de aulas práticas com viaturas, mais professores e locais de treinamento diversificados, indo além de um

único local nas dependências do batalhão. Adicionalmente, foi ressaltada a importância de ministrar disciplinas de direção operacional e de realizar esta capacitação antes que o policial atue nas ruas. Por fim, a qualificação e a experiência real dos instrutores também foram destacadas como essenciais.

Imagem 2 – Nuvem de palavras: percepções sobre melhorias na capacitação de motoristas



Fonte: Elaboração própria.

Imagem 2 – Nuvem de palavras com comentários adicionais



Fonte: Elaboração própria (2025).

A oportunidade de tecer comentários adicionais não foi tão participativa e revelou poucas sugestões para aprimorar a gestão dos motoristas. Reconhecimento do tema abordado na pesquisa e a sugestão para que a capacitação dos motoristas seja realizada antes que eles sejam designados para a função operacional foram utilizados pelos respondentes. Outro comentário levantou a questão da responsabilidade administrativa em casos de sinistros com viaturas, propondo que essas situações sejam resolvidas internamente, demonstrando a necessidade de maior compreensão e apoio aos condutores. Embora a maioria dos participantes não tenha se manifestado (83,34%), os comentários fornecem

insights importantes sobre o contexto operacional e as preocupações dos profissionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo exploratório analisou, especificamente, a eficácia do Curso de Condução de Veículos de Emergência (CCVE) para motoristas de viaturas no 2º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba. A pesquisa, focada na percepção dos condutores, revelou que o curso tem uma efetividade parcial. Embora a maioria dos participantes o considere benéfico para a redução de acidentes e valorize os temas de direção defensiva e legislação de trânsito, o programa não atinge plenamente seus objetivos.

Cerca de 60% dos motoristas foram capacitados nos últimos dois anos. No entanto, o estudo identificou lacunas significativas. A principal delas é a falta de universalização, visto que 16,67% dos participantes nunca fizeram o CCVE e quase 39% nunca realizaram uma atualização. Outro ponto crítico é a insuficiência da modalidade de ensino: o formato 100% EAD foi considerado inadequado por muitos, impactando a segurança e a confiança dos

condutores. A qualidade heterogênea do curso também foi notada, com avaliações variadas e uma parcela significativa de notas baixas para a infraestrutura e a eficácia geral.

Os resultados levam a recomendações claras para aprimorar o programa e a gestão de pessoas no batalhão. A pesquisa aponta para a necessidade de uma metodologia mais prática, com aulas que abordem direção defensiva, táticas evasivas e ofensivas em diferentes terrenos. Essa mudança é vista como inegável para preencher as lacunas de conhecimento e aumentar a confiança dos policiais. Adicionalmente, o estudo sugere que o treinamento seja obrigatório e prévio à designação do policial para a função de motorista operacional. A demanda por maior apoio administrativo em casos de sinistro também é destacada, visando um ambiente de trabalho mais favorável.

Este estudo, limitado pela sua natureza exploratória e pela amostra restrita a um único batalhão, requer cautela na generalização de seus resultados para toda a PMPB. Recomenda-se que

pesquisas futuras explorem uma análise mais objetiva, correlacionando registros de acidentes com dados de capacitação para quantificar o impacto do treinamento. Sugere-se também a realização de estudos comparativos com outras instituições de segurança pública (como a Polícia Rodoviária Federal) para identificar e adaptar modelos de capacitação bem-sucedidos.

Em conclusão, o trabalho fornece uma base sólida para a otimização dos programas de capacitação de condutores no 2º BPM. A reforma do CCVE, com foco em mais aulas práticas, na universalização do acesso ao treinamento e no aprimoramento da infraestrutura, é vista como um passo estratégico para fortalecer a qualificação profissional, melhorar a eficiência administrativa e garantir um serviço mais seguro e eficaz para a população.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF:

Presidência da República, 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito. **Resolução nº 268, de 15 fev. 2008**. Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do capacete para condutor e passageiro de motocicletas, motonetas, ciclomotores e triciclos motorizados. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo->. Acesso em: 3 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). **Diretriz nacional de polícia comunitária**. Brasília, DF: MJSP, 2019.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

COSTA, J. M. S.; MIRANDA, O. J. N. **As implicações da formação específica para condutores de viaturas oficiais no 6º BPM-AC**. 2020. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/4729>. Acesso em: 13 jul. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NEELY, A.; GREGORY, M.; PLATTS, K. Performance measurement system design: a literature review and research agenda. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 15, n. 4, p. 80–116, 1995.

NUNES, L. A. R. A relação jurídica de consumo: o conceito de serviço – Parte IV. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/abc-do-cdc/415935/a-relacao-juridica-de-consumo-o-conceito-de-servico--parte-iv>. Acesso em: 13 jul. 2025.

PMPB. **Regulamento de gestão de frota – RGF**. João Pessoa: PMPB, 2016. Disponível em:

<https://www.pm.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2018/04/Regulamento-de-Gest%C3%A3o-da-Frota-BOLPM-N%C2%BA-0242-de-30-12-2016.pdf>. Acesso em: 3 maio 2025.

SCORSOLINI-COMIN, F.; INOCENTE, D. F.; MIURA, I. K. Avaliação de programas de treinamento, desenvolvimento e educação no contexto organizacional: modelos e perspectivas. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 37–53, jun. 2011.

SILVA, J. J. S.; OLIVEIRA, P. S.; ARAÚJO FERNANDES, L. Treinamento de condução veicular policial: um estudo de caso na Polícia Rodoviária Federal. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 17, n. 2, p. 394–428, 2023.

CAPÍTULO
4

***Na Polícia Militar, a excelência operacional
começa na capacitação e se sustenta no
treinamento contínuo.***

TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR: Uma revisão de literatura

Laio Giordanni Evangelista Melo
Bismark de Sales Lopes
Jonas Fabricio Oliveira Da Silva

RESUMO

O presente artigo analisa a importância da capacitação contínua de profissionais de segurança pública no uso de armamentos, destacando sua influência na eficácia operacional, na segurança dos agentes e na redução de incidentes violentos. A pesquisa, de caráter exploratório e bibliográfico. O estudo demonstra que o treinamento, diferentemente da qualificação e capacitação, constitui um processo contínuo que se estende por toda a carreira do policial militar, sendo essencial para manter a destreza técnica e a aptidão em áreas como o tiro. A análise evidencia que o Estado, como detentor do poder de força, tem a responsabilidade de fornecer treinamento adequado, assegurando a atuação dos agentes em conformidade com a legalidade e os princípios de proporcionalidade. O uso de instrumentos de menor potencial ofensivo, por exemplo, apresenta-se como alternativa relevante à letalidade. Conclui-se que a capacitação continuada, aliada à atualização tecnológica e ao respeito aos direitos humanos, constitui fator essencial para a segurança, a eficácia operacional e a credibilidade das corporações policiais.

Palavras-chave: Treinamento. Armamento. PM.

1 INTRODUÇÃO

O cenário contemporâneo exige que os profissionais da área de segurança pública ou militar possuam não apenas o conhecimento teórico sobre os armamentos, mas também a destreza prática necessária para utilizá-los com precisão, responsabilidade e eficiência. Nesse contexto, esta pesquisa se justifica por trazer reflexões acerca da importância da capacitação contínua da tropa policial para o uso de diferentes tipos de armamentos, como forma de garantir a eficácia e a segurança nas operações realizadas pelas forças de segurança e defesa.

Além disso, busca-se demonstrar como o conhecimento sobre os distintos armamentos pode aprimorar o desempenho da atividade policial, destacando a relevância do treinamento continuado, que visa ensinar técnicas e táticas de uso de forma eficiente e eficaz.

Borges (2025), aspirante a oficial da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, enfatiza a necessidade de avaliar a capacidade técnica dos policiais para o manuseio e porte de armas de fogo na corporação. É

crucial que a Polícia Militar esteja treinada para manusear armas para assegurar a eficácia das operações, a proteção dos agentes e o cumprimento dos direitos humanos. Os treinamentos constantes, que seguem a evolução tecnológica e tática das ferramentas empregadas, são essenciais para o controle do armamento e para a proteção da vida, cumprimento da lei e proteção da comunidade.

Assim, o treinamento adequado no uso de armamentos mostra-se fundamental para a redução de incidentes violentos e erros operacionais, além de garantir a segurança tanto dos agentes quanto da população. Desta forma, a pesquisa se orienta pela seguinte problemática: Como a capacitação para o uso de diferentes armamentos pode contribuir para a diminuição de acidentes e a prevenção da morte da tropa em exercício da função?

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no período de abril a julho de 2025. Para o alcance dos objetivos do estudo, utilizou-se a pesquisa exploratória de cunho bibliográfico e documental, tendo como principais fontes livros, revistas científicas especializadas na

área de segurança pública, especialmente aquelas que abordam o APH Tático no âmbito da polícia militar, além de artigos disponíveis na internet e monografias consultadas em bases de dados como Google Acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e outras revistas científicas na área estudada. Para a seleção do material, foram empregados os seguintes descritores: treinamento e capacitação policial militar, tropa de choque, tropas especializadas, instrumentos de menor potencial ofensivo. Como critérios de inclusão, consideraram-se trabalhos científicos publicados entre 2010 e 2025. No caso do material impresso, foram adotados como critério de inclusão autores clássicos e contemporâneos que abordavam a temática estudada.

O caminho metodológico correspondeu aos procedimentos e técnicas utilizados para obter informações e conhecimentos sobre o problema investigado. A pesquisa caracterizou-se como uma revisão de literatura e documental, com abordagem exploratória e natureza descritiva e qualitativa, exigindo investigação e análise de publicações relevantes, a fim de estabelecer contato dos

pesquisadores com o tema proposto e propagar informações dentro do meio acadêmico.

Segundo Marconi e Lakatos (2006), pesquisas exploratórias são investigações empíricas cujo objetivo é formular questões ou problemas com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com o tema, fato ou fenômeno, permitindo a realização de estudos futuros mais precisos, e modificar ou clarificar conceitos. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), pesquisas qualitativas costumam ser realizadas por pesquisadores que mantêm alguma ligação com o tema estudado, reforçando que a abordagem apresenta forte relação com pesquisas bibliográficas, uma vez que geralmente dispensa técnicas estatísticas. Essa característica identificou-se com a presente pesquisa, construída a partir de material já publicado, constituído principalmente por livros, revistas, publicações em periódicos, artigos científicos, monografias, dissertações e materiais disponíveis na internet, com o objetivo de colocar o pesquisador e o leitor em contato direto com o que já foi produzido sobre a temática investigada.

3 CAPACITAÇÃO POLICIAL MILITAR

Foi fundamental destacar que, ao contrário do que ocorre com os processos de qualificação e capacitação, em que a qualificação antecede a formação profissional e a capacitação é realizada posteriormente, por meio de cursos complementares, o treinamento não segue essa lógica de ordem cronológica.

O treinamento pôde ser iniciado desde os primeiros momentos da formação de um profissional e continuou ao longo de toda a sua trajetória de trabalho, podendo, inclusive, estender-se após a aposentadoria.

Esse cenário mostrou-se especialmente evidente na carreira de um policial militar. Isso ocorreu devido à grande variedade de cursos, tanto obrigatórios quanto opcionais, exigidos para progressão na carreira, além da constante necessidade de manutenção do treinamento em determinadas áreas.

Um exemplo claro, e que constituiu o foco deste estudo, foi o treinamento de tiro. Desde os cursos de formação inicial, os policiais militares

iniciaram a prática de técnicas de tiro, atividade que se manteve durante toda a carreira. Mesmo quando ingressaram na reserva remunerada ou foram reformados, seguiram com o treinamento, pois, apesar da inatividade funcional, conservaram o direito ao porte de arma de fogo. Por essa razão, precisaram manter suas habilidades técnicas, além da aptidão física e psicológica, em níveis adequados (Matos, 2025).

Dessa forma, o treinamento e a capacitação na Polícia Militar revelaram-se essenciais para elevar o nível técnico-profissional dos operadores e, consequentemente, garantir a qualidade do serviço policial prestado à população, bem como a segurança dos policiais durante as operações.

3.1 Treinamento com foco em tropas especializadas

A preparação do policial antes de ser incorporado à Tropa de Choque seguiu as normas estabelecidas, através da matéria curricular conhecida como “ordem unida”, que era ritualizada com a disciplina do corpo, a coordenação dos movimentos e comportamentos. Nos treinos com a Tropa de

Choque, foram utilizados, além dos equipamentos, veículos e armamentos diferenciados. (Costa, 2017).

Durante esta pesquisa, observou-se inovação na utilização operacional de militares estaduais de forças de polícia de choque no controle de multidões. Esse modelo, que incorporou o uso de vans, também foi empregado de maneira distinta e diversificada por forças policiais em diversos países europeus, incluindo o Brasil, por meio do BPCHOQUE/PMERJ. Assim, a inovação tática e operacional foi implementada de forma sistemática pelas instituições policiais militares que desejaram manter-se em constante evolução e aprimoramento na oferta de um serviço de segurança pública de alto padrão (Siloto, 2023).

Dessa forma, destacou-se a evolução das Tropas de Choque na utilização de variados tipos de armamentos, como o emprego de granadas com agentes químicos, bastões, munições de elastômero e outros instrumentos de menor potencial ofensivo. Além disso, outra inovação foi o uso de veículos que auxiliaram na dispersão de distúrbios civis, como vans e caminhões de choque.

Sendo também importante mencionar os tipos de armamentos utilizados em tropas especializadas. As forças especiais e especializadas têm um papel fundamental em operações de alto risco, como na luta contra o terrorismo, no salvamento de reféns e em atividades de inteligência. É essencial o uso de armamentos e equipamentos apropriados para assegurar a efetividade dessas missões. Este texto investiga as principais armas empregadas por essas unidades de elite, concentrando-se nas forças armadas do Brasil.

Fuzis de Assalto: A principal arma de combate das forças especializadas é o fuzil de assalto. Modelos como o IMBEL IA2, o M4A1 e o SIG Sauer MCX são frequentemente empregados por sua adaptabilidade e confiabilidade em várias circunstâncias operacionais.

Submetralhadoras: as submetralhadoras são utilizadas em missões de combate em áreas restritas (CQB). A Heckler & Koch UMP, no calibre 9x19mm, substituiu a MP5 em várias unidades de elite no Brasil, proporcionando maior flexibilidade e desempenho.

Fuzis de Precisão: É comum o uso de fuzis de precisão para neutralizar alvos a longas distâncias, como o Barrett M82 (.50 BMG) e o PSG-1. Essas armas são indispensáveis em missões de atiradores de elite, garantindo uma precisão letal em distâncias acima de 1.000 metros.

Pistolas: essas armas de fogo são empregadas em conflitos de curta distância e como armas auxiliares. Modelos como o Glock G17 e o SIG Sauer P320 são valorizados pela sua confiabilidade e conforto no manuseio.

Metralhadoras leves: armas leves, como a FN Minimi e a IMBEL M964 FAP, proporcionam apoio de fogo em missões terrestres, sendo fundamentais para a eliminação de adversários e proteção de posições.

Espingardas Táticas: Armas como a Benelli M4 são empregadas em missões urbanas e de resgate, possibilitando disparos precisos em espaços restritos.

Equipamentos avançados: as forças especializadas, além de armamentos, empregam uma gama de equipamentos, como drones para reconhecimento tático, óculos de visão noturna,

comunicação criptografada e veículos blindados leves.

Portanto, a seleção do armamento é determinada pelo tipo de missão. Operações em áreas urbanas exigem armamentos compactos e silenciosos, enquanto missões em espaços abertos podem requerer maior potência e alcance. A incorporação de tecnologia de ponta, aumenta a eficiência das atividades, e a atualização contínua, bem como a adaptação às tecnologias emergentes, é fundamental para preservar a superioridade tática em operações de alto risco. O uso dos armamentos pelas tropas especializadas reflete uma estratégia tática bem definida, em que a combinação de poder de fogo, precisão e adaptabilidade ao ambiente são cruciais para o sucesso das missões (Silva, 2021).

O treinamento com foco no uso de armamento de menor potencial ofensivo foi entendido como instrumento de controle social. Os responsáveis pela aplicação da lei têm acesso a todos os recursos necessários para executar ações legais, necessárias e proporcionais, sempre baseadas nos Direitos Humanos. Nesse contexto, como detentor legítimo do

poder de força, o Estado tem a responsabilidade de aprimorar sua abordagem para garantir a devida pacificação nas relações sociais.

Com base na análise realizada, observou-se que, em uma sociedade conflituosa, como a atual, as situações de violência e conflito armado fazem parte do dia a dia. As instituições responsáveis pela manutenção da ordem e aplicação da lei têm um dever para com a sociedade. Isso implica no uso de tecnologias inovadoras capazes de lidar com as ameaças na realidade da Segurança Pública, subsidiária da Segurança Nacional, e que devem ser disponibilizadas pelo Estado aos seus funcionários. Assim, não restam dúvidas de que é responsabilidade do Estado proporcionar a formação adequada, tanto em técnicas de Defesa Pessoal quanto no uso de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPOs), a todos os agentes de Segurança Pública em atividade. Isso ocorre porque, se uma ação policial excede o limite da força requerida, o Estado é responsável.

Com base no exposto, infere-se que o uso inadequado do equipamento, classificado como "não letal", poderia resultar em consequências fatais,

ocasionando lesões graves ou até mesmo morte, sendo o Estado responsável pela conduta do funcionário encarregado pela aplicação da lei.

Dessa forma, destacou-se a relevância do uso de tecnologias de armamento não letal na atividade de Segurança Pública como uma alternativa antes de recorrer a armas de fogo. Esse tipo de armamento pode lidar com diversas ameaças, prevenindo danos desnecessários à integridade física dos cidadãos e garantindo a aplicação da gradação e proporcionalidade, princípios defendidos pela doutrina do uso da força.

Em conclusão, é essencial que o profissional de Segurança Pública atue sempre dentro da legalidade, utilizando inovações tecnológicas para a proteção dos Direitos Humanos e orientando suas ações de forma a respeitar os direitos básicos do ser humano (Bustamante, 2022).

A pesquisa evidenciou que a capacitação contínua da tropa no uso de diferentes armamentos, letais e não letais, é essencial para aumentar a eficácia operacional, reduzir riscos e preservar vidas. O treinamento constante melhora a precisão, a tomada

de decisão e o cumprimento dos protocolos, especialmente em tropas especializadas que utilizam recursos tecnológicos e táticos variados. A atualização e adaptação às inovações, aliadas ao investimento institucional, fortalecem a segurança, a eficiência e a imagem da corporação, confirmando que o preparo técnico é determinante para operações seguras e eficazes.

4 CONCLUSÃO

O estudo concluiu que a capacitação contínua da tropa para o uso de diferentes armamentos é fundamental para elevar a eficiência operacional, reduzir riscos e preservar vidas, especialmente em tropas especializadas que atuam em situações de alto risco. O treinamento regular, aliado à atualização tecnológica e ao cumprimento dos princípios de legalidade e proporcionalidade, fortalece tanto a técnica dos agentes quanto a imagem institucional da corporação.

Além disso, a pesquisa evidenciou que a formação adequada e constante, contribui para a construção de um ambiente de trabalho mais seguro,

garantindo que os profissionais de Segurança Pública atuem com maior precisão. A preparação sistemática também se revelou um elemento essencial para a redução de incidentes operacionais e para a proteção da população, reafirmando a importância de políticas institucionais que integrem tecnologia e procedimentos padronizados.

Assim, reforçou-se a necessidade de políticas permanentes de qualificação que preparem os policiais para atuar com segurança, eficácia e respeito aos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BORGES, Roger Fabien Pereira. Análise da avaliação de capacidade técnica para o manuseio e porte de arma de fogo na Polícia Militar de Mato Grosso do Sul. **Revista Científica da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul – RevPMMS** – v. 1, n. 1, p. 141– 153, 2024.

BUSTAMANTE, Rodrigo Macedo de. Instrumentos de menor potencial ofensivo e uso diferenciado da força no desempenho do poder de polícia. Avante: **Revista Acadêmica da Polícia de Minas Gerais**, v. 1, n. 3, p.25-35, 2022.

COSTA, Leon Denis da; JUNQUEIRA, Ivanilda Aparecida Andrade. Manuais de condutas de tropas de choque: fundamentos para a repressão. **Segurança Pública**, v. 11, n. 2, p. 200-215, 2017.

LEANDRO, Allan Antunes Marinho. **Armas de fogo e legítima defesa: a desconstrução de oito mitos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

MATOS, Gustavo Melo de. Capacitação e treinamento continuado em armamento, munição e tiro na Polícia Militar do Estado de Sergipe. **Revista da Ejuse**, n. 34, p. e3425690-e3425690, 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PRODANOV, Cleber Cristiano.; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILOTO, Paulo Renato Aparecido; PEREIRA, Leandro. Inovação nas operações de polícia de choque: um estudo sobre a utilização de veículos vans para emprego em ações operacionais de controle de multidões na PMPR. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 9, p. 26136-26165, 2023.

CAPÍTULO
5

***A efetividade da proteção estatal revela-se
não apenas na lei, mas na forma como a
vítima é recebida.***

FORJADOS SOB PRESSÃO: fundamentos
científicos da necessidade de treinamento
diferenciado de policiais militares de operações
especiais

Alberty Micael Noia dos Santos
José Vinícius da Silva de Melo
Franklin Santos De Oliveira

RESUMO

O presente trabalho aborda a formação e a atuação das unidades de operações especiais no âmbito das Polícias Militares brasileiras, destacando sua relevância frente ao avanço do crime organizado e das ameaças de caráter irregular no território nacional. Partindo de uma contextualização histórica dos conflitos e da evolução do conceito de guerra irregular, analisam-se os fundamentos fisiológicos, psicológicos, neurocientíficos e culturais que sustentam a necessidade de um treinamento diferenciado para esses profissionais, por meio de revisão bibliográfica. Os resultados evidenciam que a preparação envolve resistência física, resiliência emocional e fortalecimento identitário. Conclui-se que a integração entre preparo técnico, disciplina e cultura institucional é essencial para operações de alta complexidade.

Palavras-chave: Operações Especiais. PM.
Treinamento.

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da sociedade houve conflitos e guerras entre grupos humanos e em sociedades organizadas politicamente ou não. Com o decurso da história, tais batalhas ganharam novas dimensões de complexidade, de poderio bélico, destruição e, principalmente, de intensificação da aplicação de tropas arduamente treinadas e preparadas para o combate.

Conflitos desta magnitude configuram as chamadas guerras regulares ou convencionais. Iniciadas, em geral, com propósitos e objetivos internacionais de conquista de território ou de estabelecimento e manutenção da soberania de um Estado. O Glossário das Forças Armadas define guerra regular como:

Conflito armado realizado dentro dos padrões clássicos e com o emprego de armas convencionais, podendo ser total ou limitada, quer seja pela extensão da área conflagrada, quer seja pela amplitude dos efeitos a obter. É o principal propósito da preparação e do adestramento das Forças Armadas da maioria dos países. (Glossário das Forças Armadas, 2015, p. 134).

A Primeira Guerra Mundial, por exemplo,

possuía um tipo de conflito caracteristicamente estático, com a vasta utilização da técnica de defesa de pontos estratégicos por meio do sistema de trincheiras (Garcia, 2011, p. 37). Já na Segunda Grande Guerra, além das técnicas empregadas em outros momentos históricos, foram evidenciados os conflitos assimétricos, também chamados de "pequena guerra" (*kleinkrieg*), "guerra não convencional" (*unconventional warfare*), "guerra irregular" (*irregular warfare*) e "conflito de baixa intensidade" (CBI) que, para Visacro (2009, p. 222-223), pode ser entendida como uma:

[...] forma de beligerância que transcende os estreitos limites do campo militar, destacam a atuação de forças predominantemente nativas e fazem referência à guerra de guerrilhas, à subversão, à sabotagem e ao terrorismo (Garcia, 2011, p. 37).

Sendo assim, a ascensão dos conflitos assimétricos e das chamadas guerras irregulares, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, exigiu das forças armadas a criação de unidades capazes de operar em ambientes hostis, complexos e imprevisíveis, onde o inimigo não se apresenta de

forma convencional. O cenário da Guerra do Vietnã, os enfrentamentos no Oriente Médio e os embates urbanos em zonas de instabilidade político- social revelaram a necessidade de soldados preparados para atuar em missões sigilosas, com alto grau de autonomia, inteligência tática e resiliência física e emocional.

Surge, nesse contexto, o conceito moderno de forças de operações especiais, composto por militares submetidos a treinamento intenso e específico, voltado à atuação em territórios hostis e com alvos de alta complexidade, muitas vezes inseridos em populações civis ou estruturas descentralizadas de poder.

Ascende, portanto, a necessidade da preparação de tropas especialmente treinadas para missões que fogem do combate convencional e da guerra regular, preparadas para combater em qualquer tipo de ambiente, com qualquer duração, em qualquer lugar, a qualquer hora. Assim são chamadas as Forças Especiais. Neste contexto, observa-se:

Assim, da Antiguidade até as vésperas da Segunda Guerra Mundial, as operações especiais foram

numerosas, embora o seu caráter secreto as tenha frequentemente ocultado dos historiadores. A partir da Segunda Guerra Mundial, elas assumem caráter institucional dentro das forças armadas. Daí em diante, a atuação dessas forças especiais intensificou-se, seu papel e efetivos cresceram rapidamente e elas tornaram-se mais importantes do que jamais foram (Denécé, 2009, p. 21).

De acordo com o art. 144, §5º da Constituição Federal de 1988, cabe às polícias militares a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. Sendo assim, infere-se que o policiamento regular ou convencional é aquele voltado à manutenção da segurança pública por meio do policiamento rotineiro da sociedade, bem como à manutenção da ordem pública, evitando que os comportamentos humanos tidos como criminosos não venham a ocorrer, ou, ao menos, sejam, em sua maioria, evitados.

Todavia, a modernização do crime, o desenvolvimento do narcotráfico e o crescimento de facções criminosas no Brasil, que atuam no domínio de cidades, no novo cangaço, em grandes roubos e terrorismo urbano, com táticas de guerrilha e características de combate irregular, evidenciam a necessidade das polícias militares estaduais contarem com o treinamento e a estrutura necessária para

combater estes tipos de crime. Ademais, é imprescindível reconhecer que as ações de guerra irregular ou “pequena guerra” geralmente surgem em um enquadramento regional. Nesse ínterim, acredita-se que:

As primeiras ações de guerra irregular, especialmente aquelas ligadas ao combate subterrâneo, são conduzidas dentro de um espectro nebuloso existente entre a segurança pública e a segurança interna. Uma resposta efetiva da sociedade tende a ser tardia e pode se tornar ambígua, pela dificuldade em estabelecer claramente a esfera de atuação dos diferentes agentes de segurança do Estado. Até que ponto a repressão às forças irregulares compete às corporações policiais? A partir de que momento se torna uma atribuição das forças armadas? Como conduzir operações conjuntas interagências e, sobretudo, como integrar seus esforços? (Visacro, 2009, p. 252).

Por conseguinte, a lógica operacional e estratégica das forças armadas de institucionalizar as forças de operações especiais influenciou diretamente a estruturação das Polícias Militares brasileiras, especialmente em resposta ao crescimento do crime organizado e da violência urbana.

Como força auxiliar e reserva do Exército, a Polícia Militar adotou doutrinas de patrulhamento tático e criou unidades de elite para enfrentar

ameaças além da capacidade das tropas convencionais. Assim, no estado da Paraíba, por exemplo, surgiram tropas como o Grupamento de Ações Táticas Especiais - GATE e o Grupamento Especial de Operações no Sertão e Ações de Comandos - GEOsAC, voltados ao enfrentamento de facções criminosas fortemente armadas, ações antissequestro, contraterrorismo, combate ao novo cangaço, retomada de áreas conflagradas e outras situações de alta complexidade e não convencionais.

Nesse contexto, a competência constitucional das Polícias Militares para a preservação da ordem pública em âmbito estadual se expande, exigindo capacitação técnico- operacional diferenciada para missões que, na prática, se aproximam das características de guerra irregular travada dentro do território urbano.

Portanto, a atuação das unidades de operações especiais no âmbito das Polícias Militares representa a vanguarda do emprego tático e estratégico da força pública. Esses grupamentos são acionados em situações extremas, como resgates de reféns, combate a organizações criminosas fortemente armadas,

controle de distúrbios civis de grande complexidade e neutralização de ameaças em ambientes urbanos e rurais de alto risco.

Logo, tendo em vista as características dos combates que irão enfrentar, os militares que desejam ingressar no seleto grupo de agentes especiais pertencentes a tais grupamentos precisam ser capazes de agir com precisão sob condições extremas, mantendo o controle emocional, a lucidez tática e a disciplina mesmo diante do caos. Por consequência lógica, esta natureza demanda um treinamento extenso, intenso e especialmente estruturado para formar um agente preparado para desempenhar as operações também especiais.

Tal desempenho não é fruto apenas da vocação ou da experiência acumulada, mas sim do resultado de um processo de formação cuidadosamente estruturado, em que o treinamento intenso, árduo e contínuo desempenha papel central. Esse tipo de preparo visa forjar não apenas o corpo, mas sobretudo o espírito do combatente, cultivando atributos indispensáveis como resistência à dor, tolerância ao estresse, senso de missão e espírito de corpo.

É nesse contexto que o presente trabalho surge. Tendo o objetivo de “retirar o véu do desconhecido”, o próximo capítulo se dedicará a apresentar e discutir os fundamentos teóricos que justificam e sustentam a necessidade de um treinamento diferenciado para os policiais militares que integram unidades de operações especiais. A análise abará aspectos fisiológicos, psicológicos, neurocientíficos, culturais e doutrinários que embasam a estruturação desses cursos, bem como suas implicações práticas e institucionais.

2 FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS

Antes de adentrar na seara do treinamento físico, é crucial investigar quais são os efeitos psicológicos que envolvem o combate, uma vez que constitui verdadeiro fenômeno humano, onde as ações são consequências de processos neurais e mentais.

A exigência de um militar preparado psicologicamente para operar em ações especiais surge a partir do fato de que estes militares estarão envolvidos nos combates mais exigentes da atividade policial, que, inevitavelmente, estarão centrados na

letalidade iminente.

Embora o policial militar atue em situações onde legalmente tem o dever de proteger a eventual vítima ou a sociedade contra atos ilícitos e ilegítimos de determinados criminosos, o ser humano que veste a farda continua a sofrer os efeitos psicológicos da possibilidade de morrer ou de matar alguém.

Grossman e Christensen (p. 2, 2022) mostram que o ser humano possui uma aversão natural a infligir violência letal, o que gera reações fisiológicas intensas quando submetido a confronto armado. Fenômenos como visão em túnel, exclusão auditiva, aceleração cardíaca e deterioração das habilidades motoras finas são universais e precisam ser trabalhados no treinamento.

Do ponto de vista neurocientífico, a ativação do sistema nervoso simpático libera adrenalina, noradrenalina e cortisol, colocando o corpo em modo de sobrevivência. Desse modo, ocorre aumento de força e resistência, mas também prejuízo da coordenação motora fina e da capacidade de julgamento racional, portanto, reconhecer e treinar sob essas condições são fundamentais para a

resiliência operacional.

O treinamento militar é estruturado justamente para condicionar o soldado a superar essa resistência, usando técnicas de dessensibilização, repetição e adaptação ao desconforto. A experiência de combate não é apenas física, mas profundamente psicológica e fisiológica, com impactos duradouros.

A simulação em cursos operacionais, com treinamento prolongado e realista, funciona como um “anticorpo” contra os efeitos debilitantes do estresse, moldando a mente e o corpo para funcionar com eficiência mesmo em cenários de caos. Tal preparo não é mera pomposidade, mas necessidade científica comprovada pelos estudos em psicologia do combate e neurociência do estresse. A exposição contínua ao estresse controlado estimula o eixo hipotálamo-hipófise-adrenal, melhorando a resposta ao estresse e a resiliência psicológica. Além disso, há uma otimização das vias metabólicas energéticas, garantindo desempenho mesmo em estados de fadiga.

A privação de sono e o treinamento sob desconforto são empregados para simular cenários reais, exigindo que o operador mantenha o

desempenho físico e cognitivo. A neuroplasticidade também é ativada, favorecendo a tomada de decisão rápida sob pressão. Essas adaptações são respaldadas pela literatura em fisiologia do exercício e biologia do estresse, tornando o treinamento não apenas necessário, mas cientificamente fundamentado para a atuação eficaz em situações críticas.

Neste cenário, técnicas como exposição gradual ao estresse, treinamento de *mindfulness*, visualização mental e condicionamento ao desconforto são constantemente empregadas com o fim de ajudar a preparar o sistema nervoso para reagir com menor ativação emocional e maior foco.

Exige-se do operador uma excelente capacidade de lidar com frustração, falta de alternativas táticas, tomada de decisão sob pressão, entre outros estressores externos, os quais terá de enfrentar no campo de batalha. Acerca da resiliência buscada no policial militar de operações especiais, tem-se que:

Por meio dos estudos, compreendeu-se que a resiliência ocorre neurofisiologicamente pela ligação do córtex pré-frontal com a amígdala, inibindo sua atividade. Quanto maiores forem os

axônios que conectam um neurônio a outro, que ligam o córtex pré-frontal à amígdala, mais resiliente é a pessoa. Inibindo a amígdala, o córtex pré-frontal consegue acalmar os sinais associados às emoções negativas, permitindo que o cérebro planeje e atue de forma efetiva, sem ser distraído pelas emoções negativas. Dessa forma, a pessoa tem maiores condições de recuperar-se após as adversidades (Rabelo; Fermoseli, 2017, p. 11).

Carvalho, Rabelo e Fermoseli (2017) definem que, quando o processo de aprendizagem é capaz de possibilitar o surgimento de novos padrões de pensamento por meio da modificação da atividade cerebral, fazendo com que os pensamentos negativos e desadaptativos sejam abandonados e substituídos por novos padrões de pensamentos mais saudáveis, há o acréscimo da capacidade de resiliência no indivíduo.

É importante ressaltar que, nesse contexto, o pensamento saudável é entendido como aquele que irá traduzir-se em comportamentos mais adequados, como o de resistir à pressão, ao caos e à incerteza da realidade que o agente irá enfrentar. Ainda sobre o tema, destaca-se:

Quando se alcançam esses efeitos, eles são armazenados nos diversos sistemas de memória, possibilitando ao

indivíduo utilizar o novo conhecimento como forma de perceber e lidar com os eventos de sua existência, podendo assim melhorar sua qualidade de vida, ou seja, tornar-se mais resiliente, não só na recuperação de uma adversidade, como também, no crescimento pessoal (Carvalho; Rabelo; Fermoseli, 2017, p. 11).

Sendo assim, a exposição a condições adversas estimula adaptações cognitivas e emocionais, aumentando o controle mental, o foco e a tomada de decisão sob pressão, especialmente quando realizadas em ambiente controlado. Os fundamentos psicológicos e neurocientíficos analisados demonstram, portanto, que a resistência humana ao combate não é inata, mas construída pelo treinamento.

O operador especial precisa ser forjado sob pressão, em um processo de adaptação progressiva que o prepare para enfrentar situações-limite sem sucumbir aos efeitos destrutivos do estresse. Assim, o treinamento diferenciado das operações especiais encontra sólido respaldo científico.

2.1 FUNDAMENTOS FISIOLÓGICOS

A exigência de desempenho físico extremo por parte dos operadores especiais é respaldada por evidências das ciências do exercício. Ademais,

empiricamente é possível inferir que o processo de formação de agentes especiais deve simular ao máximo as condições físicas e psicológicas que enfrentarão no combate real.

Os cursos de Operações Especiais (COPEsp) expõem os militares a tarefas prolongadas sob carga, privação de sono e déficit energético. Nesse contexto, o treinamento físico tem como principais propósitos otimizar a aptidão específica à tarefa (força, potência, consumo máximo de oxigênio e economia de marcha com carga), proteger a saúde sob múltiplos estressores (calor, déficit calórico, privação de sono) e induzir adaptações fisiológicas que aumentam a tolerância ao esforço e a resistência à fadiga.

O treinamento de força e condicionamento aplicado a profissionais táticos, que inclui policiais militares, deve ser projetado para melhorar a prontidão operacional, prevenir lesões e prolongar a carreira. Esse aspecto é essencial no contexto das operações especiais, em que a fadiga ou uma lesão podem comprometer toda a missão.

No confronto, ocorre a ativação imediata do sistema nervoso simpático, liberando adrenalina,

noradrenalina e cortisol. Essas substâncias elevam a frequência cardíaca, aumentam a pressão arterial e mobilizam energia para ação imediata. Enquanto a força bruta e a resistência aumentam, há deterioração significativa da motricidade fina e do raciocínio lógico.

O livro enfatiza que o desempenho físico dos profissionais táticos deve abranger múltiplos componentes, incluindo força, potência, resistência, velocidade, agilidade e mobilidade. Esses elementos não podem ser treinados de forma isolada, mas de maneira integrada, garantindo que o operador esteja preparado para carregar cargas pesadas, realizar deslocamentos rápidos, superar obstáculos e manter-se eficaz durante longos períodos de atuação.

No aspecto fisiológico, o crescimento muscular, o ganho de força e o aumento da capacidade de resistência à fadiga são fatores intrinsecamente ligados ao estímulo físico causado no corpo. O processo de hipertrofia, por exemplo, ocorre quando o treinamento físico causa microlesões nas fibras musculares que, por consequência, para se adaptar e aumentar as suas capacidades físicas, repara tais

lesões e reconstrói fibras maiores nos lugares daquelas, trazendo, por consequência, aumento de força e maior resistência à fadiga.

Além disso, a capacidade cardiorrespiratória é destacada como fundamental. A literatura indica que policiais com maior condicionamento aeróbio apresentam menor risco de fadiga precoce, melhor tomada de decisão sob estresse e maior resistência a eventos críticos. Isso reforça a ideia de que o treinamento físico não é apenas um diferencial, mas um pressuposto básico para a eficiência operacional.

Outro ponto central abordado é a prevenção de lesões. A exposição constante a cargas externas (coletes, armas, equipamentos) e movimentos de alta intensidade aumenta a incidência de lesões musculoesqueléticas. Programas de força e mobilidade adequados reduzem drasticamente esses riscos, permitindo que os operadores mantenham sua capacidade de atuação mesmo após anos de serviço.

Portanto, para os policiais militares de operações especiais, o treinamento físico deve ser entendido como um pilar científico e estratégico do preparo. Ele permite ao operador manter-se eficaz em

meio ao caos, reduzir riscos de incapacitação e sustentar sua saúde física e mental a longo prazo.

Neste ínterim, é consenso científico que a exposição a esforços físicos acaba por aumentar a capacidade de suportá-los. Após estímulos intensos, o organismo responde com adaptações que aumentam sua capacidade funcional, como a força, resistência, coordenação e agilidade. Assim, esclarece-se:

Os princípios da fisiologia do exercício baseiam-se na premissa fundamental subjacente de que impor uma carga metabólica maior e provocar perturbações à homeostase celular, levam ao aumento das respostas fisiológicas agudas ao exercício e, quando repetidas ao longo de meses e anos, promovem adaptações fisiológicas no organismo em resposta ao treinamento físico (Sena, 2023, p. 401).

O treinamento sob pressão ativa o eixo hipotálamo-hipófise-adrenal, preparando o corpo para lidar melhor com situações reais de estresse físico e mental, como dor, medo e fadiga. Assim, pode-se afirmar que o treinamento físico para policiais de operações especiais não é um diferencial, mas um pressuposto fundamental da eficácia em combate. Tal como exposto por Grossman (2022), a fisiologia e a psicologia do combate demonstram que o corpo

humano não é naturalmente preparado para enfrentar confrontos letais prolongados, sendo necessário forjá-lo sob pressão por meio de treinos intensos e realistas. Dessa forma, o treinamento físico atua como elemento que conecta a preparação tática aos fundamentos científicos da sobrevivência.

A preparação física nos cursos de Operações Especiais não se limita ao desenvolvimento de capacidades condicionantes, como força, resistência aeróbia e potência muscular. A finalidade última é transferir tais ganhos fisiológicos para o ambiente operacional, especialmente no combate urbano, em que a tomada de decisões rápidas, o controle motor refinado e a execução de habilidades específicas são determinantes para o sucesso da missão.

A exposição sistemática a treinos extenuantes provoca adaptações hormonais, metabólicas e neuromusculares que ampliam a tolerância ao estresse e atrasam a instalação da fadiga. Em cenários urbanos, em que há exigência de esforço físico sob alta carga cognitiva (entrada em edificações, progressão em ambientes hostis, movimentação com equipamentos pesados), esse retardo da fadiga assegura que o militar

mantenha precisão gestual e raciocínio tático mesmo em situações de prolongado desgaste.

A melhoria da eficiência metabólica proporcionada por treinos de alta intensidade (HIIT) e *endurance* favorece a utilização otimizada de substratos energéticos, reduzindo o acúmulo de metabólitos e garantindo maior clareza mental sob esforço. Em operações urbanas, isso significa que o operador tem mais recursos fisiológicos disponíveis para manter o foco, processar informações do ambiente e tomar decisões rápidas e inteligentes, mesmo sob elevada demanda cardiorrespiratória.

Do mesmo modo, os ganhos em força e potência funcional preservam a capacidade de executar ações específicas, como transpor obstáculos, carregar companheiros feridos ou manusear armamentos pesados em espaços restritos, com mínima perda de eficácia. Em termos de combate próximo, tais capacidades também permitem explosividade em entradas dinâmicas e controle tátil refinado em interações físicas com adversários.

Assim, o aumento da resistência à fadiga e o fortalecimento da resiliência neuroendócrina

permitem que o militar suporte longos períodos de privação de sono, estresse psicológico e déficit energético sem comprometer suas funções cognitivas superiores. Em um cenário urbano, isso representa vantagem estratégica, uma vez que o operador é capaz de sustentar alto nível de desempenho físico e mental, mesmo quando o inimigo já se encontra em estado avançado de exaustão.

Os cursos de Operações Especiais utilizam uma abordagem integrada, em que o estresse físico extenuante é somado a pressões psicológicas e restrições ambientais (alimentares, de sono e de conforto). Essa combinação visa não apenas desenvolver capacidades fisiológicas, mas também promover adaptações psicológicas necessárias ao ambiente de combate urbano e irregular.

As consequências fisiológicas do treinamento em cursos de operações especiais, como perda de peso, hipogonadismo transitório e queda no desempenho muscular, são acompanhadas de estados de fadiga mental e estresse psicológico. Entretanto, tais condições, quando planejadas e controladas, servem como ferramenta pedagógica para expor o

militar à simulação realista do campo de batalha, exigindo dele respostas adaptativas tanto no corpo quanto na mente.

A exposição repetida a exercícios físicos extremos e à pressão psicológica constante promove o desenvolvimento de uma mentalidade resiliente, caracterizada pela capacidade de manter a calma, reorganizar o pensamento e tomar decisões rápidas em cenários de alto risco. Trata-se de um processo semelhante à chamada “inoculação ao estresse”, no qual a vivência controlada de situações adversas fortalece a resistência emocional, prevenindo colapsos psicológicos futuros.

Adicionalmente, o treinamento físico intenso potencializa adaptações cognitivas. Estudos sugerem que a resistência à fadiga física se correlaciona com maior tolerância ao estresse psicológico, pois o corpo treinado para suportar dor, calor e privação desenvolve também a habilidade de modular reações emocionais.

No ambiente de combate urbano, isso se traduz em vantagem decisiva: o operador mantém clareza cognitiva, controle tátil e domínio emocional

em situações em que civis, reféns e inimigos estão próximos, exigindo discernimento rápido e preciso. Portanto, a consequência buscada nos cursos operacionais não é apenas a aptidão física superior, mas a construção de uma mentalidade forte e resiliente, capaz de sustentar decisões inteligentes e eficazes mesmo sob estresse físico e psicológico extremos.

3 DISCUSSÃO

3.1 intervenção física e agressões controladas

Dentro da realidade dos cursos operacionais de unidades de elite, como Curso de Operações Especiais - COESP, Curso de Operações de Sobrevivência em Área de Caatinga - COSAC (GEOSAC), Curso de Ações Policiais de Comandos - (CAPC), entre outros, a intervenção física e as chamadas “agressões controladas” são práticas tradicionalmente utilizadas como parte do processo de quebra do conforto psicológico, condicionamento ao estresse e testes extremos de disciplina, coragem e autocontrole. Esses métodos, embora controversos, têm objetivos específicos no contexto do treinamento

intensivo, mas também enfrentam críticas quanto à legalidade e à ética de sua aplicação.

Sob o ponto de vista legal, encontra-se no parágrafo único do artigo 42 do Código Penal Militar a hipótese de exclusão de crime quando o comandante de navio, aeronave ou praça de guerra, na iminência de perigo ou grave calamidade, compele os subalternos, por meios violentos, a executar serviços e manobras urgentes, para salvar a unidade ou vidas, ou evitar o desânimo, o terror, a desordem, a rendição, a revolta ou o saque.

Embora a hipótese delimite o contexto em que não haverá crime, devendo este ser estritamente cumprido e não ampliado, percebe-se que, em certo grau, há intervenção física “por meios violentos” na atuação do militar em combate. Sendo assim, percebe-se que o agente estará suscetível a intervenções de caráter físico, e deve ser preparado para suportá-las.

Em alguns contextos, xingamentos e desmoralização podem ser comuns, com o objetivo de questionar a autopercepção, provocar desconforto emocional e verificar a reação do agente frente à humilhação verbal. Tem sua aplicação para simular

situações de estresse psicológico real, em que o operador poderá ser insultado, desacreditado ou desmoralizado.

A intervenção física, por exemplo, pode ter o objetivo de condicionar o operador à dor e ao desconforto físico, além de avaliar a disciplina e a persistência sob coação, principalmente em contextos de guerra irregular. Tem sua aplicação voltada para inclusão de técnicas de contenção, pressão física ou ações de submissão, muitas vezes associadas a punições coletivas.

Todavia, ainda que alguns instrutores e corporações defendam a necessidade dessas práticas, há um crescente debate sobre os limites entre o treinamento realista e o abuso institucional.

Inicialmente, sempre deverá existir proporcionalidade e intencionalidade em qualquer tipo de intervenção física. Isto é, a ação deve ter um objetivo pedagógico e científico claro. A agressão gratuita, humilhação sem propósito ou violência desmedida extrapola o escopo técnico e pode configurar abuso ou tortura. Isto é, existe uma linha tênue entre a necessidade de compelir fisicamente

militares para a execução de determinada missão e o de, sadicamente, agredi-los sem propósito, bastando apenas a subversão da intencionalidade daquele que aplica a técnica.

Além disso, é necessário haver monitoramento médico e psicológico em todo o preparo para policiais de forças especiais. A ausência de acompanhamento qualificado pode transformar um método de fortalecimento em um gatilho para traumas psíquicos e físicos irreversíveis.

Para isso, cursos sérios exigem que o aluno esteja plenamente ciente da natureza extrema do treinamento, firmando termos de ciência e responsabilidade, embora isso não isente a instituição de responsabilidade legal ou moral por abusos.

Por outro lado, organizações militares e policiais de diversos países já abandonaram ou reconfiguraram tais práticas, substituindo-as por técnicas com base científica comprovada, como simulações de combate realistas, estresse induzido por carga física, cenários decisórios sob pressão e treinamento neurocomportamental, evitando, assim, situações que beiram o abuso.

3.2 A mística e a cultura dos grupamentos de operações especiais

A mística e a cultura das unidades e grupamentos de operações especiais constituem pilares fundamentais na formação e manutenção da identidade coletiva dessas unidades de elite. Mais do que simples forças táticas, esses grupamentos, como o BOPE, GEOSAC, Comando de Operações Táticas - COT, GATE, entre outros, cultivam símbolos, tradições, rituais e linguagens próprias, que transcendem o treinamento técnico e operacional. Esses elementos criam uma cultura institucional sólida, marcada pelo orgulho, pela exclusividade e pelo compromisso com a excelência.

De acordo com Berger e Luckmann (1996) *apud* Rosa e Brito (2010, p. 198), trata-se de um processo de socialização secundária, em que o indivíduo já formado em sua vida civil passa a interiorizar uma nova realidade simbólica ao adentrar o submundo das operações especiais. Esse novo *habitus* militar-operacional, na perspectiva de Bourdieu, reconfigura disposições anteriores e estabelece padrões de conduta que se tornam naturais

para os integrantes, incorporando rituais, gestos e até mesmo maneiras de falar e pensar.

Os grupamentos especiais mantêm insígnias, gorros, boinas, brasões, gritos de guerra, cerimônias de brevetação, apelidos e códigos internos que só fazem sentido dentro daquela cultura. Tais símbolos não apenas diferenciam o grupo do restante da corporação, mas reforçam o senso de pertencimento e comprometimento com os valores daquela unidade: honra, disciplina, lealdade, coragem, superação e fraternidade incondicional. Aqui, observa-se o que Foucault chamaria de produção de subjetividades por meio de símbolos disciplinares, em que a distinção visual e ritualística marca o corpo e a alma, tornando o indivíduo reconhecível dentro e fora da organização.

Esses elementos cumprem funções essenciais como coesão interna, isto é, fortalecem os laços entre os integrantes, especialmente após superação de ritos duros de seleção. A hierarquia simbólica distingue quem “viveu o curso” e quem está fora da cultura operacional.

Além disso, há um controle moral interno. O

pertencimento à elite impõe ao operador um código de conduta rígido, mesmo fora do serviço. É esse conjunto de atributos que forma a identidade institucional, pois consolida a imagem da unidade como referência técnica, moral e combativa dentro da força policial.

O ingresso nessas unidades não depende apenas de habilidades técnicas, mas da capacidade de suportar o desgaste físico, psicológico e emocional extremo. Quem “passa” no curso, conquista mais que um brevê, ganha um lugar simbólico em uma irmandade restrita, marcada pela superação dos próprios limites. Essa vivência gera o que se chama de "espírito de corpo", uma forma de lealdade que transcende o formalismo da instituição.

Nesse sentido, há o que Bourdieu denomina conversão do habitus: o indivíduo civil ou policial comum é transformado em operador especial, passando a organizar suas ações desde uma patrulha até aspectos da vida privada a partir do “método” aprendido no curso. Essa vivência gera o chamado “espírito de corpo”, uma forma de lealdade que transcende o formalismo da instituição e sustenta a

coesão do grupo.

Apesar de seu valor funcional, essa mística pode gerar risco de isolamento institucional, resistência à mudança ou excesso de corporativismo. Quando mal administrada, pode alimentar culturas de silêncio, dificultando a crítica interna e o aprimoramento das práticas. Como apontam Rosa e Brito, o desafio contemporâneo é equilibrar a preservação da identidade simbólica e da disciplina hierárquica que são a base da força desses grupamentos com a necessidade de transparência, legalidade e evolução doutrinária, evitando que o poder simbólico se converta em um obstáculo ao próprio aperfeiçoamento institucional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste trabalho permite concluir que a atuação das unidades de operações especiais não se limita ao emprego de técnicas e táticas diferenciadas, mas resulta de um processo formativo complexo, que integra aspectos fisiológicos, psicológicos, neurocientíficos e culturais. O treinamento intenso e extenuante não visa apenas à preparação física do militar, mas também ao

fortalecimento de sua resiliência mental e emocional, indispensável para a tomada de decisões rápidas e eficazes em ambientes hostis e de elevado estresse.

Constatou-se, ainda, que a cultura e a mística dessas unidades desempenham papel fundamental na consolidação de sua identidade institucional, promovendo coesão, disciplina e espírito de corpo, fatores que diferenciam os operadores especiais dentro das corporações policiais. Contudo, tais elementos simbólicos também devem ser equilibrados com a transparência, a legalidade e a constante evolução doutrinária, de modo a evitar excessos e assegurar legitimidade social às ações desses grupos.

Portanto, compreende-se que a eficácia operacional das forças especiais policiais decorre da combinação entre preparo técnico-científico e fortalecimento cultural e simbólico, constituindo um modelo de formação que transcende o mero treinamento físico e representa, em essência, a construção de uma mentalidade voltada para a excelência, a resiliência e o compromisso com a preservação da ordem pública.

REFERÊNCIAS

- ALVAR, B. A.; SELL, K.; DEUSTER, P. **NCSA's Essentials of Tactical Strength and Conditioning**. Estados Unidos: Human Kinetics Publishers, 2017.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Bertrand Brasil. 1989.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. MD35-G-01. 5. ed. Brasília: DF, 2015b.
- CARVALHO, D. DE P. L.; RABELO, I. D. M.; FERMOSELI, A. F. DE O. **EMOÇÃO E RESILIÊNCIA: UMA COMPREENSÃO NEUROFISIOLÓGICA COM VISTA AO PROCESSO PSICOTERÁPICO**. **Caderno De Graduação - Ciências Humanas E Sociais - UNIT - ALAGOAS**, v.4, p. 1, 13, 2017.
- CARVALHO, L. **Caveira: operações policiais especiais**. Florianópolis: Autor Independente, 2021.
- DENÉCÉ, E. **A história secreta das forças especiais**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.
- GARCIA, M. **História das operações militares e policiais**. Porto Alegre: Corag, 2011.
- GROSSMAN. Dave; CHRISTENSEN, L. W. **On Combat: The Psychology and Physiology of Deadly Conflict in War and Peace**. E-book: Open Road Media, 2022.
- LISBOA, R. **Kid Preto: guerra irregular e a evolução histórica das operações especiais do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ubook Editora, 2021.
- ROSA, A. R; BRITO, M. J. “Corpo e Alma” nas Organizações: um Estudo Sobre Dominação e Construção Social dos Corpos na Organização Militar. Curitiba, **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 1, p. 194-211, 2010.

SENA, M. A. B. Adaptações fisiológicas em resposta ao treinamento físico em atletas de alto rendimento em modalidades de endurance. **Revista de Educação Física/Journal of Physical Education**, v. 92, n. 3, p. 399-407, 2023.

VISACRO, A. **Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Contexto, 2009.

CAPÍTULO

6

***No combate velado, a sobrevivência do
policial começa muito antes da ação começa
no treinamento.***

COMBATE VELADO E A IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL: Desafios e Perspectivas

Alan Amorim Costa de Luna
Fellipe de Jesus Mendes Andrade
José Arthur Falcão de Lucena

RESUMO

O combate velado se refere a uma operação utilizada por forças de segurança, tais como a Polícia Militar, fruto central do nosso objetivo. O seu uso visa lidar com os mais diversos tipos de desafios e ameaças que podem afetar a segurança da sociedade. A utilização desta estratégia requer habilidades específicas. Neste sentido, este artigo preocupa-se em transcrever a importância da capacitação do profissional militar diante do uso desse meio, visando garantir a eficácia das operações que têm como foco a garantia da segurança pública e o sucesso nas operações, uma vez que este tipo de tática busca minimizar e prevenir riscos, como também, procura maximizar a eficácia da neutralização dos possíveis riscos que venham a comprometer a segurança da população e dos agentes de segurança que estejam sob ameaça. Diante disso, foram utilizados métodos de pesquisa bibliográfica com base em autores, livros, artigos, além de dados estatísticos, a fim de evidenciar a importância da capacitação do combate velado.

Palavras-Chave: Capacitação. Combate Velado. Formação Policial.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo nasceu da necessidade de compreender a importância da capacitação profissional da Polícia Militar diante do combate velado, em que alguns profissionais da área, seja ela de iniciativa pública ou privada, em algum momento podem ser inseridos, independentemente de ser uma ação predeterminada ou não.

Neste sentido, é preciso contextualizar e informar que o combate velado, também denominado combate oculto ou encoberto, concerne às mais diversificadas situações de confronto em que o militar ou o agente de segurança pública, estando ele em uso de vestimentas cotidianas/corriqueiras, vulgo, à paisana (em trajes civis) e protegido da sua identidade profissional, precisa ser discreto e ágil, durante o momento da ação e contexto em que esteja inserido.

Em situações de inteligência, infiltrações e até mesmo em casos que levem o profissional a lidar com alto risco de terceiros e a si próprio, esse método é assiduamente utilizado, tendo em vista que este meio de abordagem permite que o elemento surpresa seja a mola principal para a segurança de todos que estejam

envolvidos, independentemente de estarem ali de forma direta ou indireta.

Todavia, para se obter um sucesso com precisão e eficácia, o profissional, diante do cenário do combate velado, está essencialmente e fundamentalmente correlacionado ao preparo psíquico, físico e técnico deste. Logo, compreende-se a importância da capacitação, que deve visar elementos essenciais/cruciais que garantam não apenas a eficácia da operação, mas, a segurança e a integridade de todos os envolvidos, civis e militares (Pinto, 2020; Silva, 2010).

Partindo do princípio de que toda e qualquer capacitação profissional deve ser ampla a ponto de expandir os espectros da atuação do indivíduo, explorando seu potencial, seja ele físico, social ou mental, e compreendendo as diversas situações, sejam elas previstas ou não, é válido enfatizar que temos a pretensão, no decorrer deste trabalho, de viabilizar a importante discussão em torno do treinamento perpassado nos cursos de formação da Polícia Militar e da sobrevivência deste profissional diante do combate velado.

Sendo assim, o objetivo principal deste trabalho é trazer uma reflexão à luz da importância da capacitação e do treinamento profissional do policial militar frente ao combate velado, como também, teve o intuito de compreender o que dizem os autores e pesquisadores a respeito desse tema no contexto histórico e analisar as medidas de autoproteção e a vitimização direcionada ao profissional da polícia militar.

2 METODOLOGIA

Este artigo trata de uma pesquisa qualitativa que utilizou uma abordagem descritiva e bibliográfica com a intenção de que, por meio dos recursos de metodologia pesquisados e aplicados, consigam transparecer ao leitor respostas significativas para o nosso objeto de estudo, que no decorrer deste será abordado, sendo ele o combate velado frente à importância da capacitação e treinamento do policial militar.

Assim sendo, faz-se importante informar que foram utilizados materiais de estudos relevantes para a construção desta pesquisa, que foram retirados de

bases de dados informativas e seguras presentes nos mais variados meios cibernéticos, como: Google Acadêmico; Scientific Electronic Library Online Brasil - SCIELO BR, e demais revistas científicas, artigos e periódicos que contemplem em seus títulos e/ou resumos aspectos relativos ao tema estudado, em que o foco está nas palavras-chave adotadas na elaboração deste projeto, sendo elas: Sobrevivência policial; Capacitação profissional; Combate velado; Formação policial; Medidas de autoproteção.

Por fim, é válido enfatizar que, dentre os materiais de estudo que foram coletados para a elaboração e finalização deste projeto de conclusão de curso, não foi utilizado nenhum artigo incompleto ou sem subsídio teórico, tampouco, periódicos, revistas online que tenham alguma limitação de acesso, incompletos ou que não estejam direcionados para um campo distorcido do real foco deste que trata objetivamente da compreensão da importância da capacitação profissional do policial militar diante do combate velado.

3 CRIME E VIOLÊNCIA

É de conhecimento social que crime, de modo geral, trata-se de toda e qualquer violação aos direitos de outro, independente do seu grau, se é ou não direcionado ao seu patrimônio ou à sua integridade física, moral, religiosa e/ou civil, e requer que as leis constituídas desde as formações das sociedades impliquem, de forma rigorosa, ações de combate, sejam preventivas ou não, à violação desses direitos (Brasil, 1988).

Em reforço a esse conhecimento popular, ao buscar no dicionário online de língua portuguesa, Dicionário Priberam da Língua Portuguesa - DPLP (2008-2025), a respeito do significado da palavra "crime", nos deparamos com a seguinte informação:

Crime (Cri-me) *Substantivo masculino*. Qualquer violação muito grave de ordem moral, religiosa ou civil, punida pelas leis. Todo o delito previsto e punido pela lei penal. Delito, fator é preensível, infração de um dever. **Adjetivo de dois gêneros**: Criminal” (Priberam, 2008, p.1).

Ainda acerca do conceito sobre crime, torna-se pertinente o pensamento e posicionamento de Campelo (2023), quando ele compreende e discorre

acerca de crime deste modo:

O crime, como um fenômeno social e jurídico, está intrinsecamente entrelaçado com a própria evolução das sociedades humanas, refletindo não apenas as normas e valores de uma comunidade, mas também a constante tensão entre a liberdade individual e a necessidade de ordem coletiva. [...]. O entendimento de crime transcende a simples violação de uma norma legal; ele é um reflexo das expectativas, valores e da moral de uma sociedade em um dado momento histórico. Ao longo dos anos, o conceito de crime tem sido objeto de extensos debates e reflexões entre juristas, filósofos e sociedade, buscando delinear com precisão os contornos entre o permitido e o proibido, o justo e o injusto (Campelo, 2023, p. 1).

Já, para Minayo e Souza (1997), a violência pode ser compreendida como um problema de saúde pública e pode ser definida como qualquer ação intencional, perpetrada por indivíduo, grupo, instituição, classes ou nações dirigidas a outrem, que cause prejuízos, danos físicos, sociais, psicológicos e/ou espirituais.

Em relação ao significado do que vem a ser a violência, é de saber popular que se trata de uma ação ou um conjunto de ações em que um sujeito utiliza vários métodos para mostrar poder ou força de modo abusivo, seja ele físico ou mental, contra outro

indivíduo e não possui um status social único; é um fator multidimensional e com várias ramificações e que ocorre desde que o mundo é mundo. Dentro deste viés, o conceito da palavra "violência" para a revisora e lexicógrafa responsável, Débora Ribeiro, pelo dicionário online Dicio significa:

Substantivo feminino. Qualidade ou caráter violento, do que age com força, ímpeto. Ação violenta, agressiva, que faz uso da força bruta: cometer violências. [Jurídico] Constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, que obriga essa pessoa a fazer o que lhe é imposto: violência física, violência psicológica. Ato de crueldade, de perversidade, de tirania: regime de violência. Ato de oprimir, de sujeitar alguém a fazer alguma coisa pelo uso da força; opressão, tirania: violência contra a mulher. Ato ou efeito de violentar, de violar, de praticar estupro. Etimologia (origem da palavra violência). Do latim *violentia*, "qualidade de violento" (Dicio, 2025, p.1).

E, em complemento ao significado exposto pelo DICIO (2025), o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa-DPLP (2008-2025), lista os seguintes informes acerca da terminologia da palavra:

Violência (vi-o-lên-ci-a) *substantivo feminino*: Estado daquilo que é violento; Atoviolento; Atodeviolentar; Veemência; Irascibilidade; Abusodaforça; Tirania;opressão; **[Jurídico, Jurisprudência]** Constrangimento exercido sobre

alguma pessoa para obrigá-la a fazer um ato qualquer; coação (Priberam, 2008-2025, p.1).

Nesse sentido, o intuito deste capítulo é compreender a importância do profissional militar diante de um breve contexto histórico e entender a importância do seu papel diante do cenário do crime e da violência facilmente encontrado e vivenciado nos mais diversos tipos de cenários sociais, a fim de complementar e dar luz a uma reflexão não apenas da importância desse profissional, mas, de entender que, como qualquer outro trabalhador, para ter êxito em sua função e ainda manter sua integridade, é preciso que este esteja capacitado e treinado para lidar com as mais diversas situações, especialmente, a do combate velado, que é o nosso objeto de estudo central.

3.1 Crime e violência e o papel do profissional PM no seu contexto histórico

Desde os primórdios do tempo, o homem, enquanto ser, buscou formas e meios para manter a si e aos seus, seguros de todo e qualquer perigo. Como meio de sobreviver às mais diversificadas adversidades encontradas por onde quer que ele

estivesse, ele buscou e continua buscando construir armas, técnicas e metodologias, seja de proteção ou combate, que consigam não apenas lhe dar suporte para sua sobrevivência, mas que, de alguma forma, possam acompanhar os novos cenários do desenvolvimento social e demais formas de perigo que de algum modo possam vir a lhe ferir ou ferir ao outro e estão em constante mudança.

Ao entender esta perspectiva do ponto de vista histórico do desenvolvimento de uma sociedade e trazendo isso para o âmbito do cotidiano dos profissionais da Polícia Militar e demais agentes da segurança (privada/pública), é possível analisar que cada vez mais essas maneiras de fazer valer o sobreviver da humanidade, diante de um território hostil e que possa apresentar certa imprevisibilidade, é possível unir o contexto da segurança do nosso país, Brasil, à importância da sobrevivência do ser humano, sobretudo quando este adota para si a função de ser um agente que, de certa forma, está ligado ao processo de segurança e construção de uma sociedade.

Analisando este viés, é perceptível o quanto tem sido difícil, áspero e desagradável, garantir e manter a

própria segurança do profissional que lida cotidianamente com o bem-estar social, e, em contrapartida disso, também, assegurar um alto nível de segurança aos civis e aos seus patrimônios, que são essencialmente, os objetivos principais do dever constitucional não só dos agentes de segurança, mas dos policiais e demais agentes de segurança pública e privada e outros tipos de militares. Diante do exposto, as funções que regem o cumprimento da função do profissional militar constam no art. 144 presente no terceiro capítulo da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre a segurança pública, da seguinte forma:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: - Polícia Federal; - Polícia Rodoviária Federal; - Polícia Ferroviária Federal; - Polícias civis; - Polícias militares e corpos de bombeiros militares. - Polícias penais federal, estaduais e distrital (Brasil, 1988, art. 144, § 1º).

A Constituição de 1988 ainda prossegue enfatizando seu inciso 1º, ainda presente no art. 144. As seguintes informações sobre as funções da polícia: - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou

em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

I - Prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência (Brasil, 1988, art. 144, § 1º).

Já do inciso 5º ao 6º, o artigo 144 da Constituição de 1988, além de enfatizar a função dos militares, foca em perpassar como deve ser a execução de suas atividades e a quem devem ser subordinados.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 6º As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos

governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (Brasil, 1988, art. 144, §§ 5º e 6º).

Como pode-se perceber, a função do militar não se restringe ao ato de prevenir, mas possui uma característica ostensiva. Contudo, esse profissional não tem a responsabilidade absoluta no que tange ao bem-estar de todos, uma vez que isso é dever de todos, conforme explanado pela própria constituição.

Sob esta ótica, se pararmos para analisar minuciosamente os últimos estudos e dados apresentados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública em 2024 e fizermos um comparativo, veremos que existe uma margem de 57% de perdas destes profissionais que morreram enquanto estavam em folga de suas atividades.

Sem contar os demais dados em que aplicam questões de mortes enquanto estavam em plena atividade de suas funções, ou por fazerem parte de minorias que não agregam algum padrão social. Segundo Minayo e Souza (1997), o que reforça ainda mais a responsabilidade coletiva, pautada como um dever perante a Constituição.

Para Minayo e Souza (1997), a grande questão

diante destes números alarmantes é entender quais as dificuldades que o profissional policial militar vem tendo e, em certos casos, sendo forçado a vivenciar de forma intensa durante a sua rotina de trabalho, que, com o passar do tempo, tem se tornado assunto em muitas rodas de discussões a respeito de bem-estar, coletividade e segurança, e estão pautados em muitos projetos sociais. Como, por exemplo, o projeto Avançar em Sergipe, o Núcleo de Saúde Mental em Pernambuco, o Espaço Viver Bem na Paraíba.

Contudo, não constam informes sobre a existência de programas que se preocupam com o profissional e, na maioria das situações de seu cotidiano, acaba tendo que lidar com certos empecilhos no que tange à sua liberdade, à sua integridade profissional e física, tendo em vista que, habitualmente, ele precisa andar sobre uma corda bamba entre questões em torno da defesa legítima da sua atuação e a ilegalidade de seus atos ou falta deles, ou seja, existe nesta rotina a vivência de uma dicotomia.

Manter-se vivo, são e salvo por receio de responder à altura a dada agressão ou agir em legítima

defesa de si e de terceiros e ainda lidar com várias sanções jurídicas que porão à prova a sua capacidade de reger a sua função. Deste modo, ao buscar entender a importância da capacitação profissional para lidar com o combate velado, faz-se necessário compreender todo um contexto anterior dessa questão para que assim fique mais clara a essencialidade e a importância desse profissional sob a construção social e civil.

A priori, diante do exposto, é válido salientar que a polícia é um dos poucos, se não o principal, órgão público que está inserido dentro do cotidiano dos cidadãos, durante 24 horas diárias, e que procura prestar serviços que vão além das mais abrangentes demandas criminais. Pois, acaba dando assistências significativas para as pessoas de forma emergencial e imediata, independentemente da circunstância.

Este viés nos leva a entender a importância desse profissional para manter o equilíbrio social ao ser capaz de apaziguar as mais diversas situações e é o mais responsável por lidar com as mais diversas situações que vão de simples rotinas de patrulhamento e abordagem até assaltos e sequestros. Os redatores do

blog da Advocacia Militar (2025) discursam sobre o desempenho das funções e atuações da Polícia Militar e enfatizam a sua importância desta maneira:

O policial militar desempenha um papel fundamental na manutenção da ordem e segurança pública. Ele é o profissional responsável por garantir que as normas e leis sejam cumpridas no dia a dia, agindo de forma preventiva e reativa para proteger a sociedade e preservar a paz. A sua presença e atuação são essenciais para a estrutura de segurança de qualquer município, estado ou país. No entanto, é importante destacar que o papel do policial militar vai além da função técnica de patrulhamento e repressão. Ele também é uma peça-chave na construção de uma sociedade mais segura e justa, dentro de um sistema legal que deve ser respeitado por todos. A valorização do policial militar não deve se restringir apenas à sua função dentro das forças armadas ou no combate ao crime, mas também à sua proteção e aos direitos que ele deve garantir (Advocacia Militar, 2025, p.1).

Conforme as pesquisas realizadas para a construção deste projeto, compreendemos que, em nossa atualidade, as forças das polícias militares precisam, com certa urgência, passar por uma nova roupagem, e essa reestruturação não pode seguir com passos pequenos, lentos e descontinuados, tendo em vista os números alarmantes dos casos em que policiais se envolvem de forma direta e indireta, e, com isso, têm a sua vida ceifada por culpa das taxas

de criminalidade que só vêm aumentando a sua demanda de preparo.

Não é novidade para ninguém a importância que tem o profissional militar para a sociedade, pois é esse técnico que liga o saber popular ao Estado Democrático de Direito. A função deste especialista vai além das múltiplas exigências que a sua profissão em si já traz consigo, ela possui uma seriedade em torno de muitas camadas sociais, em que é a partir desta profissão que direitos constitucionais não sejam violados e feridos, além, é claro, de dar garantias de que estes direitos sejam validados.

Obviamente que existe uma limitação na garantia desses direitos, contudo, até onde cabe a permissão presente na Constituição Nacional (Brasil, 1988), a polícia militar busca fazer jus à sua existência que existe para além do simples ato de prevenir, proteger, patrulhar e servir, tal como foi exposto e dissertado nos capítulos antecedentes a este.

3.2 Aspectos históricos da Polícia Militar

Toda profissão requer um treinamento específico para que o profissional consiga lograr êxito

no seu papel dentro da sua instituição. E, no caso do profissional que trabalha como policial, o seu treinamento está voltado para a prevenção e organização de deficiências, no aprimoramento de competências físicas e psíquicas, além do desenvolvimento de habilidades que vão além de suas capacidades de mobilidade.

O treinamento deste profissional é preconizado de forma contínua, sua formação não pode e não deve ser realizada de forma arcaica, pois a sua área requer que o profissional esteja em constante transformação, seja nas questões de conhecimento geral em relação às mais diversificadas mudanças a nível nacional/mundial, preparando o profissional para ser analítico e crítico, como também no quesito do treinamento físico, tático e preparado para ser um profissional assertivo não apenas durante as missões de seu cotidiano, mas também, em caso de ser preciso durante sua folga como civil.

Essa importância de renovação de treinamento para os policiais militares foi fortemente defendida por Pinc (2011) durante a elaboração de sua tese intitulada: Treinamento Policial: Um meio de difusão

de políticas públicas que incidem na conduta individual do policial de rua. Dentro deste contexto, se em 2011 já se falava em mudanças e novas metodologias a serem criadas e utilizadas, imagina nos moldes atuais? Com isso, temos que ter em mente que tudo é fluido e o treinamento dos novos militares não pode ser pautado no que já não serve, que vai desde os treinamentos que visem à melhoria da aptidão física até os que levem em consideração o aprimoramento e fortalecimento da psique destes indivíduos.

3.3 Sobrevivência policial

Não é novidade que a função do policial militar é de caráter preventivo e ostensivo e, em muitos casos, esse profissional é submetido aos mais diversos tipos de realidades e situações, dos mais diversos níveis e que, em certos fatos, podem vir a fugir da sua jurisprudência.

Atualmente, aumentou consideravelmente o número de policiais que têm demonstrado não apenas insatisfações com suas funções, mas receio no que tange à legalidade da sua sobrevivência diante do seu papel. É fatídico frisar e levar em consideração que este papel tem como foco a ação rápida e imediata diante de ameaças e

riscos sobre si e aos demais em seu entorno. E, portanto, precisa ao máximo evitar cometer erros que, em consequência de um erro, por menor que seja, podem apresentar um risco fatal para a sua integridade (Pinc, 2011; Pinto, 2020).

Todavia, nem toda situação de risco dará a este profissional tempo suficiente para raciocinar, quais os passos a serem dados por ele e ajudá-lo a fazer uma análise mais precisa que o leve à efetividade de suas ações e escolhas, e o custo disso para este profissional é a sua própria vida.

Refletir e compreender estes pontos nos leva à compreensão da importância do instinto de sobrevivência que já está enraizado em nossa formação desde os primórdios do tempo. E, um dos sentimentos que mais se atrela é o medo, e do medo vem o estresse, que vem a adrenalina e outros atores que irão ditar o tempo da ação e da reação. E, é o que irá ditar o ritmo desse instinto de sobrevivência que vai além da física, pois, existe também a sobrevivência psíquica (estresse pós-traumático) e o direito e dever, que pode levá-lo ao tribunal para julgamento de suas reações e ações.

Logo, para garantir eficácia na sobrevivência desse profissional, é preciso que o capacite nos 5 pontos essenciais presentes nos cinco pontos cruciais defendidos

por muitos estudiosos da área. Sendo eles: a preparação mental destes profissionais, a preparação física para combate em vários tipos de terrenos e situações, a compreensão e o conhecimento de equipamentos, sua função e uso específico, habilidades de tiro nas mais diversas situações e, por fim, não menos importante, a preparação tática, seja coletiva ou individual, deste profissional (Pinc; 2011; Pinto, 2020).

Diante do exposto, torna-se evidente que a sobrevivência policial não se limita apenas à capacidade física de resistir a confrontos ou situações extremas, mas envolve um conjunto integrado de competências que atravessam dimensões psicológicas, técnicas, táticas e legais. O policial militar, ao atuar em contextos de elevada imprevisibilidade e risco, necessita estar preparado não apenas para reagir, mas para decidir sob pressão, equilibrando a autopreservação com o cumprimento do dever institucional e os limites impostos pelo ordenamento jurídico. Nesse sentido, investir em formação continuada, treinamentos realísticos e suporte psicossocial configura-se como estratégia fundamental para minimizar erros, reduzir danos e preservar a vida não apenas do profissional de segurança pública, mas também da sociedade que ele se propõe a proteger.

4 DISCUSSÃO NARRATIVA

O presente artigo discute a capacitação técnico-psicológica, física e normativa do profissional da Polícia Militar em combate velado que transcende a mera instrução operacional, constituindo-se como componente central para a eficácia e segurança das intervenções discretas. Estudos como o de Pinto (2020) demonstram que a sobrevivência policial em ações veladas depende não apenas das técnicas empregadas, mas de um arcabouço complexo de conhecimento e preparação psicossocial, inclusive em situações fora do serviço ativo.

Embora a capacitação técnica, como o saque velado e técnicas de sobrevivência, seja essencial, sua eficácia está diretamente vinculada à integração de treinamento físico e mental, processo denominado mecanização, habituação e racionalização, conforme delineado na literatura especializada. A mecanização se mostra fundamental para que os gestos operacionais se tornem automáticos, reduzindo o tempo de reação; a habituação permite que o policial normalize o cenário de risco; já a racionalização

oferece discernimento técnico frente ao dilema ético-legal, essencial para controlar o uso da força, principalmente em novos ambientes como aqueles velados e indefinidos (Sack *et al.*, 2019).

Em consonância, a capacitação continuada surge como estratégia indispensável para combater a vitimização policial, especialmente fora do serviço. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam que aproximadamente dois terços dos assassinatos de policiais ocorreram quando estes estavam fora de serviço, elevando a urgência por abordagens de autoproteção presencial, cognitiva e normativa. O Curso de Conduta de Sobrevivência Policial e Autoproteção Policial (COSAP), idealizado em Roraima, exemplifica essa abordagem integradora, legitimada por resultados concretos e pela adesão positiva dos profissionais participantes.

Relatando o panorama institucional, destaca-se a necessidade de capacitação voltada ao combate velado que seja formalmente estruturada nas matrizes de formação. A Polícia Militar de Minas Gerais, por exemplo, oferta o “Curso de Multiplicador do Serviço de Policiamento Velado”, compreendendo disciplinas

como “Fundamentos do Policiamento Velado” e “História e Cultura da Atividade de Inteligência”, com carga horária planejada e critérios de execução específicos. Esse movimento institucional demonstra sensibilidade ao debate, porém requer sistematização contínua e ampla disseminação.

Na esfera prática, a Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp/CE) realizou capacitações específicas para combate velado e sobrevivência policial, com foco em saque velado e combate veicular compondo atividades teórico-práticas, controle do estresse psicológico, tomada de decisão rápida e simulação de situações reais enquanto o policial está de folga. Apesar disso, ainda há carência de padronização nacional, indicativa da lacuna entre diretrizes e implementação generalizada.

Outra vertente essencial no debate é o método Giraldi, que padroniza o uso da arma de fogo, reduzindo disparos acidentais ou desnecessários e definindo protocolo técnico, legalmente apropriado, adotado inclusive pela Secretaria Nacional de Segurança Pública e pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha. A adoção desses protocolos aporta

legitimidade ao treinamento, integrando o uso da força a princípios internacionais e à segurança jurídica.

A análise indica que a eficácia do combate velado depende de uma integração multidimensional da capacitação, abrangendo aspectos técnicos, físicos e psicológicos de forma indissociável. A habilidade de manusear armamentos de forma discreta, executar táticas dissimuladas e responder com agilidade a situações de risco somente alcança sua plenitude quando acompanhada de resistência física, controle emocional e capacidade de tomada de decisão ética sob pressão.

Outrossim, modelos de treinamento que incorporam mecanização, habituação e racionalização têm demonstrado resultados superiores, pois permitem que o policial atue de forma quase automática e segura, mesmo em ambientes imprevisíveis e hostis (Pinto, 2020; Silva, 2010). Além disso, o elevado índice de vitimização de policiais fora de serviço, evidenciado por pesquisas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, reforça a necessidade de capacitações específicas para a

autoproteção em situações cotidianas, tal como ocorre no COSAP, que prepara o profissional para reagir de forma consciente, técnica e proporcional diante de ameaças inesperadas.

No contexto institucional, embora haja avanços representados por iniciativas como o Curso de Multiplicador do Serviço de Policiamento Velado da Polícia Militar de Minas Gerais e os treinamentos promovidos pela Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará, ainda persiste a ausência de padronização nacional, o que limita a consolidação dessa modalidade como disciplina estruturante nas matrizes curriculares. Nesse sentido, o avanço no tema demanda a formalização e a uniformização de protocolos técnicos, como o Método Giraldi, que harmonizam o uso da força com parâmetros legais e princípios internacionais de direitos humanos, garantindo segurança operacional e respaldo jurídico.

Assim, promover a integração entre boas práticas regionais e políticas públicas de alcance nacional, sustentadas por metodologias de ensino contínuas e avaliações periódicas, constitui passo fundamental para elevar o nível de preparo do

policial militar no combate velado e reduzir a exposição a riscos, fortalecendo tanto a segurança do agente quanto a proteção da sociedade. Como visto no item 3.3, existem 5 pilares cruciais que enfatizam e dão credibilidade para que a sobrevivência do policial militar não vire mais um número em um dado estatístico de mortalidade da profissão e destes 5, é claro que 4 deles estão direcionados à função da capacitação.

Nesta perspectiva, é uma capacitação adequada que irá permitir que o profissional continue em constante aprimoramento de suas habilidades e conhecimentos, que irão dar o suporte para que aquele consiga lograr êxito com suas ações, independentemente de estar no exercício de suas funções ou estar à paisana. Assim sendo, a educação coletiva e individual deste profissional precisa ser contínua e focada na amplitude do aprimoramento de suas competências e demais habilidades, de modo a não ser mais um profissional acomodado e que vire um número estatístico, mas um profissional capaz, eficiente e qualificado para prestar o que lhe for proposto.

No mais, é válido reforçar que, quando o profissional é submetido a uma capacitação voltada para o aprimoramento e aprendizado dele para lidar com situações delicadas, como o combate velado, ele só costuma ganhar muitos benefícios, tais como podem ser vistos no parágrafo adiante.

A melhora de seu desempenho pessoal e profissional, uma vez que estará exposto a novas técnicas e, conseqüentemente, a novos conhecimentos; a melhora de suas habilidades já conhecidas, que vai desde sua imagem pessoal, o modo como se comunica, como cuidar de seus pertences (armas, fardamentos e demais itens) até mesmo a sua atuação profissional; terá uma maior disposição para lidar com mais diversificadas situações que envolvem a segurança pública e responderá com mais efetividade a situações de grande estresse e risco, oferecendo a ele e aos demais segurança; e, em consequência deste ponto, terá uma significativa melhora na sua relação com a sociedade em que está inserido, tornando-se alguém confiável e justo; e, por fim, e não menos importante, ganhará conhecimento atualizado sobre

as leis, decretos e demais regulamentos voltados e dirigidos à sua profissão, evitando que cometa algum erro e preparando-o para agir conforme preconiza a legislação.

Todos estes e outros benefícios só levam o profissional a se tornar exemplo, não só para a sua comunidade, bem como para a sua unidade de prestação de serviço, pois vai além do aprimoramento pessoal, visto que permite, um enriquecimento coletivo, tendo em vista que será notória a sua capacidade e seu aprimoramento, e, a sua satisfação em vestir a farda, para além das obrigações exigidas pela sua instituição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração e rebuscando tudo que foi perpassado nos capítulos anteriores a esse, é importante destacar resumidamente que o combate velado envolve uma gama de *modus operandi* e técnicas, que podem ou não requerer certa técnica e habilidade por parte do profissional da área de segurança e que deve agir sem que precise se identificar se exposto ao perigo ou fazendo com que

outra pessoa seja posta em risco de segurança.

Esse tipo de método pode ser previamente preparado como estratégia para infiltração, investigações etc. Como pode ocorrer, por exemplo, na folga, em pleno momento de lazer do profissional, que precisa estar pronto para lidar com a situação de modo a minimizar todo e qualquer risco à sua integridade física, moral e profissional, assim como aos civis que estejam vivenciando a mesma situação de estresse e/ou risco.

Existe um grande número de cursos focados no treinamento do preparo para o combate velado, e, de forma geral, cursos promovidos como a escola tática *Acombat* (2025) abordam um pacote quase unânime do que o profissional precisa para se tornar preparado para lidar com as mais variadas adversidades que o conduzirão a adotar a abordagem que envolve as ações veladas deste tipo de combate/ação.

Há exemplos que são válidos mencionar, a saber: noções externas e terminal de balísticas; o trabalho da mente para o combate e a compreensão dos mais diversos protocolos; as normas gerais de

segurança, pessoal e coletiva; o entendimento de vários tipos de equipamentos essenciais, sendo eles cotidianos ou não, como portar e sacar a arma de forma oculta, rápida e eficaz, movimentação corporal; análise de terreno e o reconhecimento de ameaças variadas, dentre outras temáticas.

Considerando o que foi apresentado no decorrer deste trabalho de conclusão de curso é válido concluir que o combate velado representa um método de abordagem crucial para os mais diversificados tipos de operações e situações que envolvam os procedimentos da inteligência e da segurança pública, para que ocorra êxito na sua adoção é fundamental enfatizar a importância da capacitação profissional, e está, por sua vez, deve se tornar uma exigência essencial para a formação do policial, precisa ser contínua e acompanhar as mudanças sociais, permitindo que seu treinamento esteja em constante evolução para que assim ele consiga atender efetivamente toda e qualquer necessidade apresentada pela sociedade em torno deste profissional.

Neste ponto, cabe ao Estado compreender que a educação continuada deste profissional não é mais

um contexto vazio, mas um investimento essencial e que deve ser prioritário para a formação deste profissional, pois é, a partir de suas funções, que o governo consegue garantir o equilíbrio e o funcionamento da segurança pública.

Entretanto, essa capacitação, para ser eficaz, precisa e deve estar além da preparação física deste profissional. É necessário e evidente que o prepare para lidar com situações que envolvam gerenciamento de tempo, negociação e demais crises, que o prepare para se comunicar de diversas formas, que o prepare para lidar com os mais diversificados tipos de armamentos e, é claro, o prepare para lidar com uma gama de conhecimentos atuais e gerais para além da bolha da comunidade em que esteja inserido.

Em conclusão, garantir uma capacitação de qualidade a estes profissionais é garantir que o caos não tome conta da nossa sociedade, é garantir a satisfação de todos os envolvidos, seja do policial que está dentro e fora de sua função, do civil que se sente seguro ao saber que tem profissionais competentes para lidar com toda e qualquer situação, e da sociedade como um todo que voltará a entender a

importância desta profissão.

REFERÊNCIAS

ACOMBAT. Curso de combate velado. 2025. Disponível em: <https://acombat.com.br/cursos/curso-de-combate-velado/>. Acesso em: 5 ago. 2025.

ADVOCACIA MILITAR. **A importância do policial militar e o papel da sociedade**. Blog Advocacia Militar. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://jvadvocaciamilitar.com.br/a-importancia-do-policial-militar-e-o-papel-da-sociedade>. Acesso em: 5 ago. 2025.

ARAÚJO, J. C. R. **Abordagem policial: conduta ética e legal**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. Disponível em: <http://www.pgj.ce.gov.br/orgaos/CAOCRIM/Publicacoes/AbordagemPolicial.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). **Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI): curso nacional de polícia comunitária**. Brasília, DF: SENASP, 2006. 502 p.

CAMPELO, M. O que é crime? Migalhas, 2023. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/395374/o-que-e-crime>. Acesso em: 5 ago. 2025.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA

PORTUGUESA (DPLP). Crime. Lisboa: Priberam Informática, 2025. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/crime>. Acesso em: 5 ago. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário brasileiro de segurança pública**. 18. ed. São Paulo: FBSP, 2024.

FREITAS, C. D. Combate velado? Velho General, 2021. Disponível em: <https://velhogeneral.com.br/2021/09/14/combate-velado/>. Acesso em: 5 ago. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57–63, mar./abr. 1995.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 513–531, nov. 1997.

PINC, T. M. **Treinamento policial: um meio de difusão de políticas públicas que incidem na conduta individual do policial de rua**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-04102011-085036/pt-br.php>. Acesso em: 5 ago. 2025.

PINHEIRO, A. S. A polícia corrupta e violenta: os dilemas civilizatórios nas práticas policiais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 323–349, 2013.

PINTO, P. V. S. **Sobrevivência policial: análise do perfil técnico e procedimental dos policiais militares do Maranhão em ocorrências de combate velado**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em

Segurança Pública) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uema.br/handle/123456789/2794>. Acesso em: 5 ago. 2025.

PORTO, M. S. G. Polícia e violência: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 132–141, 2004.

SILVA JÚNIOR, A. **A exceção que foge a essa regra fica exclusivamente no campo da polícia judiciária militar**. São Paulo: Suprema Cultura, 2009.

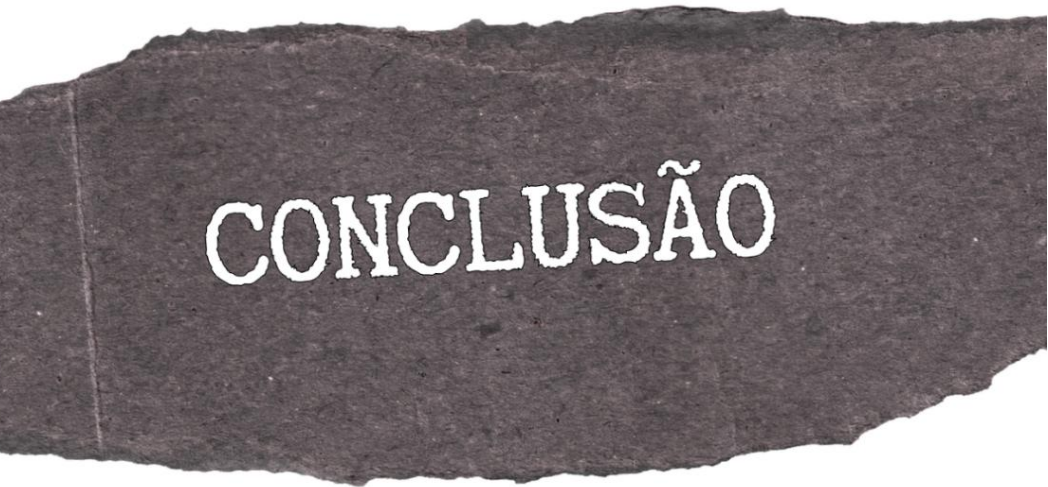
SILVA, W. F. Mandato policial na prática: procedimentos policiais no atendimento às ocorrências criminais e não criminais. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 1–25, 2010.

SOUZA, J. A. M.; JACÓ-VILELA, A. M. Luta armada na psicologia: prática de classe contra o terrorismo de Estado. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37, n. 1, p. 44– 56, 2017.

VIOÊNCIA. Lexicógrafa responsável: Ribeiro, D. Dicio, Dicionário Online de Português. Porto: 7 Graus, 2025. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/violencia>. Acesso em: 5 ago. 2025.

VIOÊNCIA. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP). Lisboa: Priberam Informática, 2008–2025. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/viol%C3%Aancia>. Acesso em: 5 ago. 2025.

ZILLI, L. F. *et al.* “Visando repelir injusta agressão”: uma sociologia dos *accounts* policiais e das investigações dos casos de letalidade policial em Minas Gerais. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 1–39, 2023.



CONCLUSÃO

CONSIDERAÇÕES SOBRE A OBRA

A obra *Formação Profissional e Gestão do Conhecimento Científico na Área das Ciências Policiais* reafirma que a construção de uma segurança pública moderna e eficiente depende diretamente da qualificação humana, técnica e científica dos seus profissionais. Ao longo dos capítulos, evidenciou-se que a formação policial transcende o simples domínio de técnicas operacionais, configurando-se como um processo educativo contínuo, que articula conhecimento, ética e compromisso social.

Os estudos reunidos demonstram que a docência policial, a motivação profissional, a capacitação técnica e o aprimoramento do uso de armamentos são elementos indissociáveis da consolidação de uma cultura institucional sólida e voltada à excelência. A partir de diferentes perspectivas, cada capítulo contribui para a compreensão de que o aprendizado na área da segurança pública precisa estar alicerçado na pesquisa científica, na inovação pedagógica e na valorização dos instrutores e discentes como sujeitos ativos na

produção do saber policial.

Fica evidente, também, que a profissionalização das tropas, em especial das unidades de operações especiais e das equipes de combate velado, exige mais do que força física e habilidade técnica: requer preparo psicológico, equilíbrio emocional e resiliência mental para atuar sob condições extremas, sem afastar-se dos princípios da legalidade e dos direitos humanos. O desenvolvimento dessas competências reflete o amadurecimento institucional e o avanço de uma visão mais estratégica e humana da atividade policial.

Em conjunto, os capítulos revelam a necessidade de políticas permanentes de capacitação e de investimentos na educação policial como eixo estruturante da eficiência operacional e da confiança social. Essa formação deve ser compreendida como um processo dinâmico e científico, que se renova diante das mudanças tecnológicas, sociais e criminais do mundo contemporâneo.

Assim, o livro se encerra reafirmando a importância da integração entre formação acadêmica, ética profissional e prática policial. Investir na

educação e no conhecimento científico dos profissionais da segurança pública é investir na proteção da sociedade, na valorização da vida e na consolidação de instituições mais preparadas, humanas e legítimas. Essa é a verdadeira missão de uma polícia que aprende, evolui e atua com inteligência, responsabilidade e compromisso com o bem comum.

CIÊNCIAS POLICIAIS

EM FOC

A obra Formação Profissional e Gestão do Conhecimento Científico na Área das Ciências Policiais reúne pesquisas de discentes e docentes da Polícia Militar da Paraíba, oriundas de TCCs do Curso de Formação de Soldados. Com seis capítulos interligados, aborda formação policial, qualificação docente, motivação profissional e fortalecimento institucional. Destaca a capacitação contínua, o uso de armamentos, a condução de viaturas e o preparo para operações especiais e combate velado, ressaltando a formação policial como processo estratégico, científico e comprometido com os direitos humanos.

APOIO:

